



20
21

RELATÓRIO DE
SUSTENTABILIDADE

ÍNDICE

I. MENSAGEM DO PRESIDENTE	05
II. BASE PARA A PREPARAÇÃO DO RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE	11
III. GRUPO PARPÚBLICA	17
1. Perfil do Grupo	19
2. PARPÚBLICA (<i>holding</i>)	20
3. Gestão do ciclo urbano da água	21
4. Produção de moedas e publicações	22
5. Mercados abastecedores	23
6. Exploração agrícola, pecuária e florestal	24
7. Gestão e promoção imobiliária	25
8. Outros segmentos de negócio	26
IV. MODELO DE GOVERNO	29
V. INSTRUMENTOS DE BOM GOVERNO	33
VI. ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE DO GRUPO	37
1. Materialidade	41
2. Envolvimento das partes interessadas	41
3. Valorização dos negócios	44
4. Valorização dos recursos humanos	50
5. Valorização da sociedade	68
6. Valorização ambiental	72
VII. NOTA FINAL	91
VIII. TABELA GRI	95



MENSAGEM
DO PRESIDENTE



I. MENSAGEM DO PRESIDENTE

O Relatório de Sustentabilidade constitui, porventura, o documento que reflete a abordagem maior da integridade corporativa de uma organização, seja ela pública ou privada, e assumimo-lo enquanto tal na PARPÚBLICA.

É nele que apreciamos e divulgamos tudo, de forma integrada, o que são prioridades, resultados e condicionantes, para além da situação económico-financeira, mas sobretudo abarcando as áreas da responsabilidade institucional, social, ambiental e ética do Grupo PARPÚBLICA.

Assumimos como uma responsabilidade coletiva que abraça cada um e todos na Empresa, cada uma e todas as empresas do Grupo. Não como uma obrigação legal, mas como uma opção inteligente e responsável.

E por constituir uma responsabilidade coletiva, este documento é elaborado por um conjunto alargado de colaboradores, de diversas áreas, que integram a análise da sustentabilidade da empresa. A todos relevo o trabalho em cada área, na *Holding* e em todas as participadas, bem como a todos os que foram protagonistas das iniciativas referidas neste Relatório.

O Regime de Teletrabalho veio e instalou-se, de forma flexível com o trabalho presencial, cada um potenciando o outro e os dois ajustando-se conforme as condicionantes externas de segurança ou de conciliação das vidas profissional, familiar e pessoal. Neste último âmbito, queremos fazê-lo de forma profissional, tecnicamente apoiado por profissionais externos, otimizando ao máximo os benefícios dessa conciliação e as iniciativas dessa conciliação.

E por isso temos em curso o projeto de certificação do Sistema de Gestão da conciliação, de acordo com o normativo NP 45:52 2016, que queremos muito mais profícuo do que já conseguimos ser. Queremos como *Holding* liderar este processo no Grupo, apoiados pelas empresas participadas que, connosco, têm sido pioneiras.

Aliás, o papel da PARPÚBLICA como holding, é o tomar a iniciativa, ensaiar, absorver boas práticas, para poder centralizar e disseminá-las enquanto melhores práticas – adaptadas, naturalmente, às especificidades de cada empresa –, nas diversas áreas da sustentabilidade.

Nestes âmbitos, inspiramo-nos nas orientações nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), inscritas na Agenda 2030, procurando transferir para as participadas a adoção daqueles objetivos e das melhores práticas que permitam melhor gerir os impactos em termos económicos, sociais e ambientais.

A pandemia COVID19 – e os desafios de viabilidade e as experiências organizacionais e de trabalho que enfrentámos –, obrigou a PARPÚBLICA a aproximar-se mais das suas participadas, de forma mais proativa, no acompanhamento do desempenho e dos riscos associados a várias dimensões da sustentabilidade corporativa, não só dos impactos da pandemia, mas também das preocupações sociais e ambientais, potenciando as sinergias intra Grupo.

Continuando em 2021 a apostar na integração em redes de boas práticas – juntando à adesão ao iGen - Fórum de Organizações para a Igualdade iniciada Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) e à Plataforma de Trabalho Colaborativo na Administração Pública –, a PARPÚBLICA aderiu ao Pacto para a Conciliação, que reconhece a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal como condição de igualdade entre mulheres e homens, de bem-estar, de produtividade e de sustentabilidade demográfica, que passa por uma mudança cultural e organizacional.

Podemos, aliás, antecipar que, em 2022, a PARPÚBLICA aderiu ao UN Global Compact / Global Compact Network Portugal, que promove a liderança em questões de Ética, Responsabilidade Social e Sustentabilidade.

Do nosso próprio ADN Institucional, acrescentámos aos três Pilares tradicionais da Sustentabilidade – Negócio, Sociedade e Ambiente –, o Pilar das Pessoas, dos nossos colaboradores e colaboradoras.

Neste Relatório está reportado, de forma muito sintética, os princípios, as iniciativas e os resultados da Empresa e de cada participada, não dispensando, para melhor aprofundamento, a consulta dos seus próprios relatórios de sustentabilidade.

Como última palavra direi que a análise da Sustentabilidade não se centra só no passado, mas sobretudo no futuro, nos desafios e nas oportunidades desse futuro, quaisquer que sejam as incertezas e os riscos, e que deverão fazer surgir novas soluções, novos modelos de negócio e de organização, novas formas de relacionar e comunicar, novas parcerias e soluções próprias, novas formas de avaliar e de relatar.

Tudo isto numa Sociedade em reorganização, uma reorganização imposta por uma Economia Digital, com uma cada vez maior preocupação de valores sociais associados à saúde, à segurança, à inclusão, ao bem-estar e à felicidade dos cidadãos, dos cidadãos trabalhadores e das suas famílias, a par da eficácia e da eficiência empresarial, enfim, da Eficiência e Eficácia Coletiva.

Mais do que um longo caminho, é um caminho de evolução contínua a percorrer, o de 'hoje sempre melhor que ontem'!

Jaime Andrez





BASE PARA A PREPARAÇÃO DO RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

II. BASE PARA A PREPARAÇÃO DO RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

A PARPÚBLICA, Participações Públicas (SGPS), S.A. (PARPÚBLICA) pretende com este documento dar cumprimento, de forma integral e sistematizada, às obrigações decorrentes do Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho, que transpõe a Diretiva n.º 2014/95/UE, de 22 de outubro, no que se refere à divulgação de informação não financeira e de informação específica, nomeadamente sobre os impactos económicos, sociais e ambientais das várias atividades das empresas que compõem o Grupo PARPÚBLICA.

Este documento pretende constituir, para além de um elemento relevante para o cumprimento de obrigações legais, uma evidência do compromisso da PARPÚBLICA, como *holding*, com a promoção de Boas Práticas e a sua divulgação, nas suas participadas, e também como estímulo, junto dos seus stakeholders internos e externos, em todas as matérias relacionadas com a sustentabilidade.

A PARPÚBLICA apresenta o seu relatório de sustentabilidade, focando-se no papel de centralizar e canalizar as melhores práticas do Grupo nas diversas áreas da sustentabilidade, procurando também sistematizar e reportar as principais ações e indicadores, suas e das suas participadas, que retratam as suas preocupações relativamente a estas matérias, e reportando o desempenho no âmbito da sustentabilidade no período entre janeiro e dezembro de 2021.

Nesta oportunidade, salienta-se que parte das empresas participadas da PARPÚBLICA apresentam um relatório de sustentabilidade próprio, para onde se remete uma análise mais detalhada relativamente aos impactos nos seus respetivos setores de atividade, como são os casos da Águas de Portugal (AdP), da Imprensa Nacional Casa da Moeda (INCM), da Baía do Tejo (BdT), da Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores (SIMAB) e da Companhia das Lezírias (CL), existindo intenção da participada Florestgal – Empresa de Gestão e Desenvolvimento Florestal (FLORESTGAL) de apresentar futuramente um relatório de sustentabilidade como documento autónomo.

A PARPÚBLICA e as suas participadas apresentam-se localizadas no território nacional, nele desenvolvendo a maior parte da sua atividade.

Para a PARPÚBLICA é essencial a promoção e manutenção da sustentabilidade económica e financeira do Grupo, sendo esta a única forma de salvaguardar o valor dos seus ativos, tendo a atividade da *holding* e do Grupo sido conduzida ao longo dos anos com o objetivo primordial da preservação dos equilíbrios que assegurem a sua sustentabilidade económica e financeira.

A preocupação central da PARPÚBLICA tem sido sempre a de garantir que o valor intrínseco da carteira de participações e dos restantes ativos, e a sua respetiva rentabilidade, são essenciais para assegurar a satisfação atempada dos compromissos assumidos com todos os seus *stakeholders*.

O atual cenário económico, geopolítico e sanitário a nível mundial traduz-se num nível elevado de incerteza no futuro próximo e a médio/longo prazo, sendo esta uma situação que representa um aumento substancial dos desafios lançados às diversas empresas do Grupo PARPÚBLICA, assumindo-se assim como indispensável uma adequada análise dos riscos inerentes à atividade da *holding* e demais empresas do Grupo e do enquadramento em que se desenvolve a atividade dos diversos segmentos de negócio, exigindo uma atuação proativa dos órgãos de gestão na defesa

dos legítimos interesses das empresas e dos diversos *stakeholders*, bem como do interesse público inerente à natureza pública do capital do Grupo.

Nesse sentido, a *holding* assumiu, no ano em análise, um acompanhamento muito próximo da evolução da situação financeira das participadas, reforçando os mecanismos do seu acompanhamento e análise da informação financeira e apresentando-se sempre disponível para apoiar empresas do Grupo a responderem da forma adequada às dificuldades que possam surgir a qualquer momento.

Paralelamente, a PARPÚBLICA tem vindo a desenvolver e a incentivar junto das suas participadas, um aprofundamento das suas preocupações sociais e ambientais, bem como a busca de proximidade e sinergias entre estas, em particular nas áreas de atuação da atividade core de cada empresa, seguindo as orientações plasmadas na ODS 17 – Parcerias em prol das metas.

Neste âmbito, não foi ainda possível organizar em 2021 um evento de *networking* sobre sustentabilidade com as participadas do Grupo. Este evento tinha já sido suspenso em 2020 por força das medidas de confinamento decretadas para combate à Pandemia, mas permanece como objetivo da *holding* de organizar este evento em 2022, para sensibilizar as participadas com menos trabalho desenvolvido nas matérias da sustentabilidade, para a sua importância crucial e, ao mesmo tempo, potenciar a partilha de informação e experiência dentro do Grupo, principalmente, nos aspetos relevantes do processo de pensamento estratégico neste tema, nos principais desafios, nas dificuldades e na própria evolução e ajustamentos ao longo do tempo neste processo.

A atuação da PARPÚBLICA e dos seus gestores, colaboradores e colaboradoras está enquadrada por um sistema regulamentar e normativo definido com o objetivo de preservar o valor dos ativos confiados à gestão da PARPÚBLICA e a qualidade dos serviços prestados, num contexto particular decorrente da sua integração no setor empresarial do Estado. Neste sentido, a *holding* atualiza e divulga periodicamente no seu website um conjunto de documentos que destacam este âmbito de atuação em todas as dimensões consideradas relevantes (tais como políticas de igualdade, códigos de ética, manuais e procedimentos de mitigação de risco, protocolos de segurança no trabalho e de segurança informática) transmitindo e disponibilizando também às suas participadas toda a informação necessária para que os procedimentos sejam cada vez mais uniformes no Grupo.

Em 2021, mantiveram-se os desafios no que se refere ao funcionamento da *holding*, nomeadamente a necessidade de manutenção da eficácia do regime de teletrabalho, que foi variando entre um regime total de teletrabalho e um modelo de espelho de equipas, de acordo com a orientação do governo conforme a situação epidemiológica o justificava, o que exigiu um esforço adicional de adaptação por parte de todos os colaboradores e colaboradoras, revelando-se eficaz e permitindo o total cumprimento das responsabilidades e dos prazos estabelecidos, não obstante as circunstâncias muito particulares que se viveram.

Assim sendo, este documento enquadra-se no âmbito das alterações efetuadas nos artigos 65.º, 451.º e 528.º do Código das Sociedades Comerciais, decorrentes do Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho, que transpõe a Diretiva n.º 2014/95/UE, de 22 de outubro, e do aditamento ao mesmo Código aprovado pelo Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de setembro, relativo aos artigos 66.º - B, 508.º - G e 546.º, contendo, no âmbito das demonstrações não financeiras consolidadas, informações bastantes para uma compreensão da evolução, do desempenho, da posição e do impacto das atividades do Grupo, referentes, no mínimo, às questões ambientais, sociais e relativas aos colaboradores e

colaboradoras, à igualdade de género, à não discriminação, ao respeito dos direitos humanos, ao combate à corrupção e às tentativas de suborno.

Assim, no que concerne à estrutura e apresentação do presente relatório, este foi elaborado tendo como referência as normas GRI - Global Reporting Initiative e não foi sujeito a verificação externa.

A responsabilidade da elaboração do relatório esteve a cargo da PARPÚBLICA, podendo o mesmo ser consultado no seu sítio na internet, www.parpública.pt e, para serem pedidas informações adicionais ao representante para as relações com o mercado através do e-mail jose.teles@parpublica.pt, ou ainda para a morada Rua de Santa Marta nº 55, 5 º Piso. 1150-294 Lisboa.



GRUPO PARPÚBLICA

III. GRUPO PARPÚBLICA

A **visão** do Grupo PARPÚBLICA consiste na defesa dos ativos públicos que estão na sua esfera, promovendo a sua gestão eficiente e a sua adequada rentabilização, de acordo com as políticas e opções definidas pelo Estado, seu acionista único, e de acordo com os valores do rigor, da segurança e da transparência inerentes à situação da Sociedade, enquanto empresa de capitais 100% públicos, e em estrita observância do regime jurídico do sector empresarial do Estado.

A PARPÚBLICA tem como **missão** a maximização do encaixe financeiro para o Estado com a venda de ativos, a preservação, incremento e manutenção dos rácios financeiros em termos adequados à natureza e liquidez dos ativos em carteira, de modo a garantir a sua sustentabilidade, e a criação de valor das várias empresas que integram o universo PARPÚBLICA.

Neste âmbito, as participações integrais e maioritárias da PARPÚBLICA, e que integram o seu perímetro de consolidação, estão organizadas em diferentes segmentos de negócio, que se procurarão detalhar de seguida.

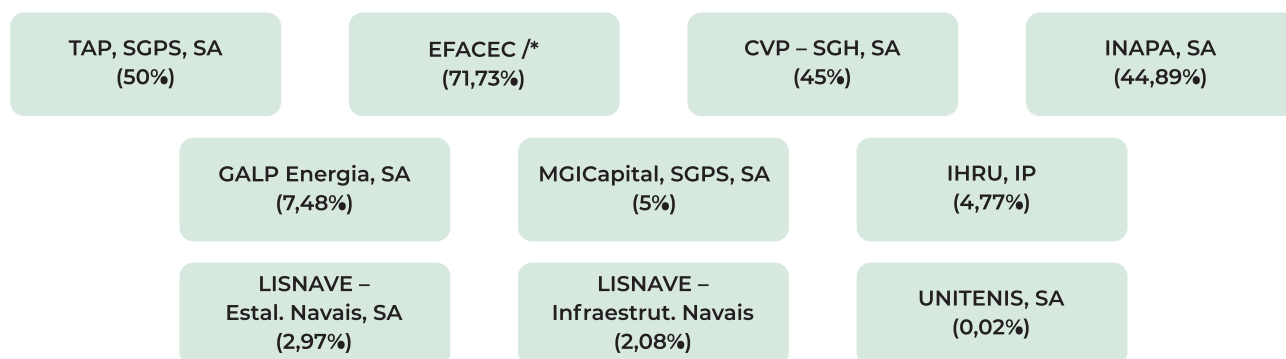
1. Perfil do Grupo

A PARPÚBLICA, enquanto *holding* do Grupo PARPÚBLICA, detém as seguintes participações maioritárias por segmentos de negócio:

PARPÚBLICA					
Gestão do Ciclo Urbano da Água	Produção de Moedas e Publicações	Mercados Abastecedores	Exploração Agrícola, Pecuária e Florestal	Gestão e Promoção Imobiliária	Outros Segmentos de Negócio
• Águas de Portugal SGPS, SA (81%) (Consolidado)	• INCM, SA (100%)	• SIMAB, SA (100%) (Consolidado)	• Companhia das Lezírias, SA (100%) • Florestgal, SA (100%)	• Fundiestamo, SA (100%) • Estamo, SA (100%) • Consest, SA (100%) • Baia do Tejo, SA (100%)	• CE - Circuito Estoril, SA (100%) • SAGESECUR, SA (100%)

Os ativos e passivos afetos à atividade da PARPÚBLICA, ao segmento da Gestão e Promoção Imobiliária e às atividades prosseguidas pelas empresas do Grupo Águas de Portugal (Grupo AdP), representam a quase totalidade dos valores destes agregados consolidados.

Para além dos segmentos de negócio descritos anteriormente, e já fora do seu perímetro de consolidação, o Grupo PARPÚBLICA detém participações financeiras nas seguintes empresas:



*/ Já em março de 2022, a PARPÚBLICA assinou o acordo de venda direta da totalidade da sua participação à empresa DST decorrente do processo de reprivatização da Efacec

2. PARPÚBLICA (*holding*)

A PARPÚBLICA é uma Sociedade Gestora de Participações Sociais de capitais exclusivamente públicos, criada pelo Decreto-Lei n.º 209/2000, de 2 de setembro, constituindo um instrumento empresarial do Estado para atuação nos seguintes domínios:

- Gestão de participações em empresas que se encontrem em processo de privatização ou sejam privatizáveis a prazo;
- Desenvolvimento dos processos de privatização, no quadro determinado pelo Governo;
- Reestruturação ou liquidação de empresas da sua carteira ou da carteira do Estado se para tal for solicitada pelo Ministério das Finanças;
- Acompanhamento de participações em empresas privatizadas que conferem direitos especiais ao Estado;
- Gestão de património imobiliário público excedentário, através de empresas subsidiárias de objeto especializado;
- Apoio ao exercício do Ministério das Finanças na tutela acionista financeira sobre empresas do Estado e empresas concessionárias de serviços de interesse económico geral;
- Desenvolvimento de funções especiais de apoio técnico ao Ministério das Finanças;
- A prestação de serviços de consultoria de natureza intelectual, a empresas públicas do setor empresarial do Estado, bem como a aquisição destes serviços em nome, por conta ou em benefício de tais empresas;
- A instituição e gestão de plataformas de cooperação e de partilha de conhecimento em rede entre as empresas públicas do setor empresarial do Estado.

3. Gestão do ciclo urbano da água

A AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A. (AdP) é uma sociedade gestora de participações sociais que, através das suas participadas, tem por missão conceber, construir, explorar e gerir sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, num quadro de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

O Grupo AdP constitui-se, assim, como instrumento empresarial para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais nestes domínios do setor do ambiente, visando promover a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do setor e proteção dos valores ambientais.

A sua principal atividade é a gestão integrada do ciclo urbano da água, compreendendo todas as suas fases, desde a captação, o tratamento e a distribuição de água para consumo público, à recolha, transporte, tratamento e rejeição de águas residuais urbanas e industriais, incluindo a sua reciclagem e reutilização.



4. Produção de moedas e publicações

A Imprensa Nacional – Casa da Moeda, S.A. (INCM) tem a seu cargo a produção de bens e serviços fundamentais ao funcionamento do Estado português, como a cunhagem de moeda metálica, a produção de documentos de segurança (tais como, o passaporte eletrónico português, o cartão de cidadão, a carta de condução, o título de residência para estrangeiros, o cartão tacógrafo digital, a cédula do advogado, o cartão de identificação de entidades fiscalizadoras e um lote diversificado de outros cartões, como o cartão europeu de seguro na doença), o ensaio e marcação de peças de metais preciosos, a edição de obras fundamentais da cultura portuguesa e universal e de publicações oficiais, com destaque para o Diário da República. Ao longo do tempo, e com a alteração do contexto de mercado de vários destes serviços, a INCM tem vindo a apostar nos sistemas de segurança e na diversificação das áreas de negócio, com especial enfoque na inovação.



5. Mercados abastecedores

A SIMAB – Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, S.A. (SIMAB) tem como objeto a promoção, construção, instalação, exploração e gestão, direta ou indiretamente, de mercados destinados ao comércio por grosso de produtos alimentares e não alimentares e atividades complementares.



Neste âmbito, atua diretamente ao nível da cadeia de distribuição agroalimentar, em 4 mercados abastecedores e, de forma pontual em mercados municipais (2021: mercado municipal de Beja).

A SIMAB detém participações maioritárias nos seguintes mercados abastecedores, sendo que a restante participação é detida pelas Autarquias locais das respetivas áreas de influência e, no caso do MARL, adicionalmente, pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.



6. Exploração agrícola, pecuária e florestal

Neste segmento de negócio a holding detém participações nas Sociedades Companhia das Lezírias, S.A. (CL) e FLORESTGAL – Empresa de Gestão e Desenvolvimento Florestal, S.A. (FLORESTGAL).

A CL desenvolve a sua atividade essencialmente no setor primário, promovendo diversas culturas agrícolas (com destaque para o arroz, o milho, o azeite e o vinho), assegurando a exploração florestal (exploração de cortiça) e ainda a criação de animais (equinos e bovinos).

Nos últimos anos a empresa intensificou o desenvolvimento de outras atividades relacionadas com a exploração dos seus ativos, tais como a atividade cinegética e o turismo rural.

A FLORESTGAL, primeira empresa pública de gestão e desenvolvimento florestal a ser criada em Portugal, presente em 26 conselhos, de norte a sul do país, com 86 propriedades, num total de cerca de 13 mil hectares resultou da reestruturação da empresa Lazer e Floresta, S.A., levada a cabo no desenvolvimento das orientações constantes da Resolução do Conselho de Ministros n.º 116 de 2018, tendo a sua sede social sido estabelecida em Figueiró dos Vinhos.

Esta reestruturação consistiu não só na alteração da denominação e sede social como também na reconfiguração do balanço e na atribuição de uma nova missão, decorrente do seu novo objeto social, já alterado posteriormente, de forma a adequar a sua atividade efetiva aos objetivos de política florestal a prosseguir, passando de uma atividade essencialmente imobiliária para uma atividade centrada no desenvolvimento das políticas públicas de promoção do desenvolvimento florestal e, nesse contexto, de valorização do interior do País.



7. Gestão e promoção imobiliária

Os negócios imobiliários do Grupo PARPÚBLICA são desenvolvidos através das sociedades Estamo – Participações Imobiliárias, S.A. (ESTAMO), CONSEST – Promoção Imobiliária, S.A. (CONSEST), Baía do Tejo, S.A. (BdT) e Fundiestamo – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (FUNDIESTAMO), todas integralmente detidas pela PARPÚBLICA.

ESTAMO	FUNDIESTAMO	CONSEST	BAÍA DO TEJO
Gestão de ativos imobiliários não estratégicos adquiridos ao Estado ou a outras entidades públicas, arrendando-os ou alienando-os em condições concorrenciais de mercado, em regra na sequência de processos de reconversão e de potenciação do respetivo valor.	Gestão, em representação dos participantes, de fundos de investimento imobiliário abertos, fechados ou mistos, tendo sob sua gestão três fundos de investimento: o Fundo Fundiestamo I, o Fundo Imopoupança e o Fundo Nacional para a Reabilitação do Edificado (FNRE).	Promoção do desenvolvimento urbanístico de um terreno na Falagueira (Amadora).	Gestão de Parques Empresariais e requalificação ambiental e urbanística de territórios localizados nos concelhos do Barreiro, do Seixal, de Almada e de Estarreja. Promoção do projeto para alienação dos ativos da Margueira

Detalha-se no quadro seguinte o Ativo Total Líquido das Sociedades Imobiliárias, bem como, o valor dos ativos imobiliários da carteira sob gestão:

ESTAMO	FUNDIESTAMO	CONSEST	BAÍA DO TEJO
Ativo Total Líquido 974M € Ativos sob Gestão 852M €	Ativos imobiliários sob Gestão 275M € Fundiestamo I: 156M € Imopoupança: 65M € FNRE*: 19 M €	Ativo Total Líquido 38M € Ativos imobiliários sob Gestão 27,2M €	Ativo Total Líquido 282M € Ativos sob Gestão 274M €

* O FNRE apresenta 3 subfundos em atividade (ImoAveiro, ImoMadalena e ImoResidências)

8. Outros segmentos de negócio

Circuito Estoril

A atividade do CE – Circuito Estoril, S.A. (CE) consiste na gestão e exploração da infraestrutura do autódromo do Estoril, nomeadamente através da realização de provas de competição nacionais e internacionais (automóveis e motociclismo), sendo igualmente palco de apresentações internacionais de grande dimensão de novos modelos e de realização de testes de competição, de veículos e de pneus.

Neste contexto, a gestão da CE tem como objetivo a manutenção da sua atividade comercial, a consolidação da sua situação económico-financeira, e o desenvolvimento de projetos complementares de desenvolvimento da infraestrutura, bem como de relacionamento com os principais *stakeholders* locais e regionais. Esta atividade é desenvolvida em articulação com os principais *players* do setor, procurando aplicar as melhores práticas de natureza ambiental, e desenvolvendo uma forte componente de política pública no desenvolvimento do setor, da região e em matéria formativa.



Sagesecur

A SAGESECUR – Sociedade de Estudos, Desenvolvimento e Participação em projetos, S.A. é uma empresa instrumental que desenvolve a sua atividade, determinada a mesma por questões de interesse público, relativamente aos quais o seu acionista considere oportuna e adequada a sua intervenção.

Neste contexto, importa destacar a atividade de gestão do contrato de concessão de transportes públicos de passageiros no eixo ferroviário norte-sul, de que é titular a FERTAGUS, cuja operação utiliza o material circulante propriedade da SAGESECUR.

Se a atividade ferroviária tem implicações imediatas e óbvias em matéria ambiental e de mobilidade, importa, ainda, destacar a relevância da atividade da sociedade em matéria de manutenção do material circulante do ponto de vista de eficiência, nomeadamente energética.





IV

MODELO DE GOVERNO

IV. MODELO DE GOVERNO

O Grupo PARPÚBLICA adota um modelo de governo baseado em princípios de Bom Governo, designadamente os definidos para as empresas dos Sector Empresarial do Estado, com o objetivo de atingir a sustentabilidade das operações em todas as empresas do Grupo e assegurar a criação de valor para as mesmas e para todos os seus *stakeholders*.

Neste contexto, a PARPÚBLICA tem vindo a desenvolver um esforço significativo e partilhado, de implementação de ações que tenham uma natureza transversal, envolvendo todas as empresas do Grupo e potenciando o aproveitamento de sinergias.

Assim sendo, o governo do Grupo é efetuado através de uma base de competências e práticas de gestão profissionais, de qualidade e de cultura organizacional cujo objetivo final é a otimização de recursos em conjunto com práticas empresariais de referência em todos as vertentes, nomeadamente, a económica, a ambiental, a social e ética, para todos os intervenientes do Grupo.

Os membros dos órgãos sociais exercem as suas funções por períodos de três anos civis, renováveis, com um limite máximo de três renovações sucessivas, contando-se como completo o ano civil da eleição.

O Grupo PARPÚBLICA – devido à diversidade dos setores de atividade em que as suas participadas atuam, bem como, à variabilidade das suas dimensões e também de acordo com a legislação e regulamentação aplicável, assegurando sempre o disposto na secção II do Decreto – Lei nº 133/2013, de 3 de outubro – adota os seguintes modelos de Governo Societário:

MODELO DE GOVERNO SOCIETÁRIO	EMPRESAS DO GRUPO
• Assembleia Geral • Conselho de Administração • Comissão Executiva • Comissão de Auditoria • Revisor Oficial de Contas	• PARPÚBLICA
• Assembleia Geral • Conselho de Administração • Comissão Executiva • Comissão de Auditoria • Revisor Oficial de Contas	• AdP SGPS
• Assembleia Geral • Conselho de Administração • Conselho Fiscal • Revisor Oficial de Contas	• INCM • FUNDIESTAMO • ESTAMO • COMPANHIA DAS LEZÍRIAS
• Assembleia Geral • Conselho de Administração • Fiscal Único (sociedade ROC)	• BAÍA DO TEJO /* • CIRCUITO ESTORIL • CONSEST • SAGESECUR • SIMAB • FLORESTGAL

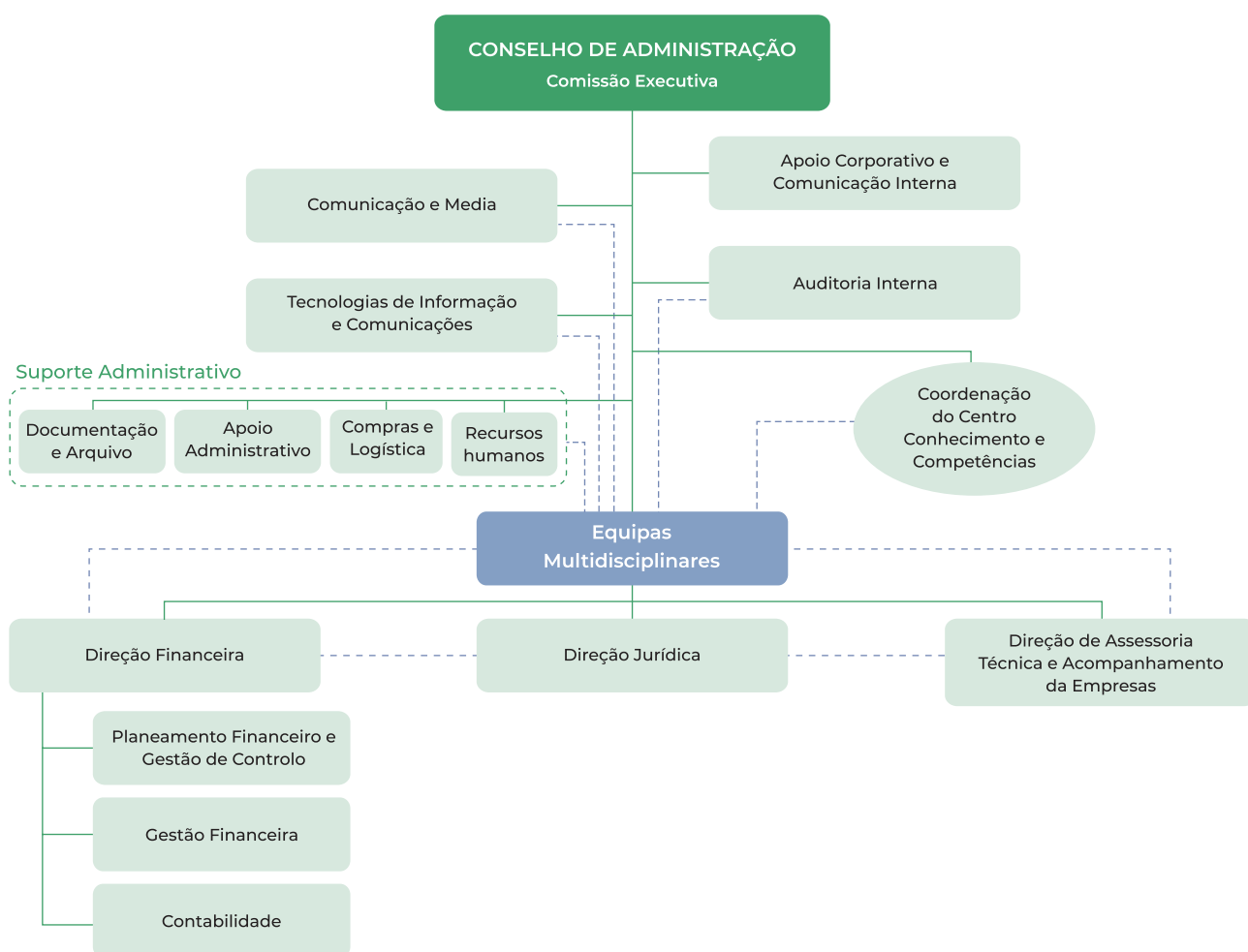
/* Sociedade apresenta também um auditor externo além do Fiscal Único, de acordo com o n.º 2 do artigo 45.º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro.

No caso da *holding*, os Estatutos definem um modelo de governo de inspiração anglo-saxónica, isto é, o órgão de administração é o Conselho de Administração, que integra uma Comissão de Auditoria, a qual, juntamente com o Revisor Oficial de Contas, assegura a fiscalização da atividade da sociedade.

O presente modelo de organização foi concebido com o objetivo de dar resposta à atividade principal da PARPÚBLICA, o acompanhamento das suas participadas, e a prestação de apoio ao Ministério das Finanças no acompanhamento do Setor Público Empresarial, sempre com o objetivo de assegurar uma gestão proativa e eficiente dos recursos que lhe estão afetos na defesa do interesse público.

Este modelo, promove dinâmicas colaborativas transversais e abordagens pluridisciplinares, nomeadamente tendo em vista assegurar uma resposta adequada no âmbito das responsabilidades atribuídas à PARPÚBLICA.

Em traços gerais, a estrutura orgânica compreende duas grandes áreas: uma que integra as unidades de suporte (serviços partilhados e corporativos) e outra que engloba as direções nucleares - Financeira, Jurídica, e de Assessoria Técnica e Acompanhamento das Empresas. O Centro de Conhecimento e Competências tem uma natureza inorgânica, funcionando matricialmente com base em equipas multidisciplinares, integradas por colaboradores afetos às diversas áreas operacionais, selecionados em função das especialidades técnicas requeridas em cada projeto.





INSTRUMENTOS DE BOM GOVERNO

V. INSTRUMENTOS DE BOM GOVERNO

As empresas do Grupo PARPÚBLICA, que têm uma responsabilidade acrescida decorrente do facto de integrarem o Setor Empresarial do Estado, adotam sempre um elevado padrão de conduta ética em todo o seu relacionamento e atividade comercial, institucional e social e promovem uma atitude de diálogo, transparência e ética com os seus *stakeholders*.

No Grupo são seguidas as Boas Práticas de Governo Societário, designadamente as que se encontram definidas na secção II do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece o Regime Jurídico do Sector Empresarial do Estado, e demais legislação aplicável.

Em matéria de Boas Práticas de Governo Societário da Holding, merece referência o Código de Ética e Conduta, a Carta de Responsabilidade Social e a realização de uma auditoria interna ao Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas que tinha sido atualizado em novembro de 2019, a Política de Gestão de Riscos de Fraude (que foi revista em fevereiro de 2020) e, bem assim, a elaboração do Relatório Anual de Ocorrências e de Risco de Ocorrências, como vem acontecendo desde 2018.

Destaca-se também na *Holding*, a Política de Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, instrumento que estabelece os princípios e os elementos essenciais a observar no desenvolvimento da atividade da sociedade tendo em vista assegurar os objetivos constantes da Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto, em matéria de prevenção do branqueamento de capitais e combate ao financiamento do terrorismo.

Releva-se ainda a atualização em 2021 do Regulamento de Utilização de Veículos, do Plano para a Igualdade e do Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho. Neste último documento, a atualização vem aprofundar o compromisso da PARPÚBLICA no campo da promoção da igualdade de género, designadamente através do desenvolvimento de: i) uma política de promoção da igualdade de género e não discriminação, adequada à natureza e à dimensão da empresa, bem como aos seus impactos previsíveis neste domínio; ii) boas práticas laborais, apoio profissional e de desenvolvimento pessoal, equipamentos, serviços e benefícios, entre outros e; iii) assegurar o cumprimento, a monitorização e a revisão de objetivos, programas, indicadores e metas nas suas políticas e práticas.

Mantiveram-se as ações de sensibilização e levantamento de procedimentos relacionados com a temática da proteção de dados pessoais que originaram a Política de proteção de dados pessoais – documento aprovado em dezembro de 2021 – que veio aprofundar e clarificar os deveres e direitos em matéria de tratamento dos dados pessoais dos colaboradores, bem como, as medidas que a PARPÚBLICA toma para assegurar a conformidade com as normas do Regulamento Geral de Proteção de Dados.

A PARPÚBLICA tem definida uma Política de Segurança Informática, com cada vez maior relevância dada a crescente importância que os recursos e sistemas informáticos assumem nos processos de trabalho, de gestão e de guarda de informação, estando a ser atualmente executados os trabalhos para integração da PARPÚBLICA do programa “PANORAMA” da Comissão Nacional de Cibersegurança com vista à monitorização e permanente melhoria das atividades de segurança tecnológica.

Na sequência da Pandemia do novo coronavírus, Sars-Cov-2, e seguindo as orientações da Direção-Geral de Saúde (DGS), as empresas do Grupo PARPÚBLICA criaram Planos de Contingência, preparando, assim, uma resposta para minimizar o impacto da epidemia de COVID-19. No caso da *holding*, o Plano de Contingência foi criado desde a primeira hora, incluindo a criação de uma sala de contenção, que foi preparada para estar à disposição de qualquer uma das entidades que estão localizadas no edifício da PARPÚBLICA, tendo sido articulados procedimentos e percursos adequados com a FLORESTGAL e com a AMA – Agência para a Modernização Administrativa, ao mesmo tempo que os seguranças e a empresa de limpeza foram devidamente informados e preparados para lidar com o referido Plano.

O Plano de Contingência foi sendo ajustado ao longo do tempo, especialmente com a entrada da empresa em teletrabalho, abordando as vertentes de saúde e comportamentos, de funcionamento e económico-financeira. O Plano de Contingência e as escolhas da PARPÚBLICA neste contexto são, desde o início, partilhadas com empresas do Grupo.



VI

ESTRATÉGIA DE
SUSTENTABILIDADE
DO GRUPO

VI. ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE DO GRUPO

A PARPÚBLICA tem vindo a atribuir uma importância crescente aos temas relacionados com a sustentabilidade, tendo como referência os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), constantes da Agenda 2030.

Neste âmbito, tem vindo também a sensibilizar as suas participadas para a necessidade de, por um lado, adotarem práticas que lhes permitam conhecer e medir os reais impactos da sua atividade em termos económicos, sociais e ambientais e, por outro, definir objetivos e ações concretas para minimizar os impactos negativos e potenciar os impactos positivos nos aspetos considerados materiais em cada uma das suas atividades, quer numa ótica de curto prazo, quer numa perspetiva de médio longo prazo.

Dada a heterogeneidade de atividades das várias empresas participadas que compõem o Grupo PARPÚBLICA, é natural que os aspetos considerados materiais e os impactos mais relevantes em cada caso possam ser de natureza também ela bastante diversa.

Assim, sem prejuízo das estratégias de sustentabilidade individuais e específicas de cada uma das empresas e/ou sectores de atividade que compõem o Grupo PARPÚBLICA, respeitantes às suas atividades próprias, de uma forma genérica, o Grupo tem desenvolvido abordagens aplicáveis em diversas áreas, tendo como pressupostos base a sua sustentabilidade económico-financeira, o respeito pelos valores ambientais e pela responsabilidade social para com todos os seus stakeholders e, em particular, para com os seus colaboradores.

Em empresas como a INCM ou o Grupo AdP, em face das atividades que desenvolvem, as preocupações com estas matérias estão bastante desenvolvidas e enraizadas nas suas estruturas internas há já bastante tempo, como, aliás, fica espelhado nos seus reportes anuais regulares, através de um Relatório de Sustentabilidade próprio.

Outras, têm vindo a aprofundar nos últimos anos as suas abordagens próprias, com resultados já evidenciados, muito embora possam ainda não apresentar um reporte tão exaustivo.

Nesta medida, a PARPÚBLICA procurou, por um lado, incentivar a prática deste reporte anual regular de sustentabilidade noutras suas participadas, cujos impactos se evidenciam bastante relevantes, o que veio já a ocorrer na prestação de contas dos últimos exercícios na Baía do Tejo, na Companhia das Lezírias e na SIMAB, e que deverá vir a ocorrer noutras, por recomendação do acionista, nos próximos anos (como o caso da Florestgal). Por outro, procurou ela própria incentivar e recolher o reporte dos principais indicadores considerados relevantes de todas as empresas participadas, de forma a robustecer e uniformizar a medição dos impactos e o reporte numa ótica de grupo. Da mesma forma, procurou também que todas as suas participadas, mesmo as que ainda possam não fazer um exercício tão aprofundado nestas matérias, reportassem e enquadrassem as suas principais ações, desenvolvidas ao longo do exercício em referência, nas ODS que procuram desenvolver.

Tendo presente esta necessidade de aprofundamento da aplicação de uma estratégia para a sustentabilidade, a PARPÚBLICA, enquanto *holding* do Grupo PARPÚBLICA, após a adesão à Aliança ODS Portugal (organização que tem como missão incentivar a participação e contribuição do Setor Empresarial na concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), em janeiro de 2019, continuou este trajeto com a adesão:

- Em 9 de dezembro de 2019, em conjunto com 25 empresas integrantes do Grupo PARPÚBLICA, no dia Internacional contra a Corrupção, diretamente e através da sua participada Águas de Portugal, ao *Call to Action* Anti-Corrupção – uma iniciativa das Nações Unidas, integrada nos seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, promovida pelo setor empresarial e da sociedade civil, com vista a sensibilizar os governos para o combate à Corrupção;
- Em 29 de janeiro de 2020, ao iGen – Fórum Organizações para a Igualdade, uma iniciativa da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE), sendo mais um passo na assunção perante a sociedade do seu compromisso com os princípios da igualdade de género e da responsabilidade social, mas também um reconhecimento do caminho que tem vindo a percorrer;
- A 30 de Novembro de 2021, ao Pacto para a Conciliação, que, reconhece que a conciliação da vida profissional, pessoal e familiar é condição de igualdade entre mulheres e homens, de bem-estar, de produtividade e de sustentabilidade demográfica, assim como, da promoção de condições efetivas de conciliação da vida profissional, pessoal e familiar que passa por uma mudança cultural e organizacional que exige convocar vontades em diferentes planos e assumir um compromisso coletivo prolongado, estabelecendo que, para tal, a conciliação da vida profissional, pessoal e familiar deve ser assumida como critério de gestão das organizações;
- Ainda em 2021, inicia os trabalhos para a implementação e certificação de um sistema de gestão de conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal de acordo com o normativo NP 45:52 2016.
- Já em 2022 aderiu ao UN Global Compact / Global Compact Network Portugal, no âmbito da participação nas iniciativas e nos programas promovidos e desenvolvidos, pela partilha de experiências e práticas com os restantes membros da Rede, pela demonstração de liderança em questões de Ética, Responsabilidade Social e Sustentabilidade.

Em síntese, olhando para a estratégia de sustentabilidade do Grupo PARPÚBLICA de forma agregada, salvaguardando as inevitáveis diferenças entre as empresas participadas e/ou entre os sectores de atividade onde elas operam, pode dizer-se que a mesma assenta na valorização:

- Dos negócios;
- Dos colaboradores e colaboradoras;
- Da sociedade;
- Do ambiente.

Como se expressa acima, adicionalmente aos três pilares de Sustentabilidade usualmente considerados (Negócio, Sociedade e Ambiente), em face da relevância que a PARPÚBLICA e as suas participadas atribuem aos seus colaboradores, decidiu-se destacar e analisar separadamente as questões relacionadas com a preocupação essencial de valorização, com especial ênfase para questões de igualdade de género, condições de trabalho, formação e desenvolvimento.

Pretende-se que esta estratégia de desenvolvimento sustentável, muitas vezes plasmada nas orientações estratégicas a seguir pelas empresas, seja traduzida em ações concretas que permitam materializá-la.

Pretende-se, igualmente, que os Conselhos de Administração das várias empresas participadas incorporem nas respetivas estratégias globais de desenvolvimento do negócio uma estratégia de desenvolvimento sustentável, assumindo que uma e outra são indissociáveis.

1. Materialidade

As várias empresas do Grupo PARPÚBLICA procuram identificar e atuar sobre os tópicos que identificam como materiais em cada uma das áreas anteriormente referidas, considerando:

- as orientações estratégicas dos acionistas e da gestão;
- o seu respetivo enquadramento legal;
- as suas atividades próprias;
- os impactos e expectativas que provocam nos vários stakeholders com quem se relacionam;
- as melhores práticas existentes;
- o enquadramento das normas GRI;
- os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS).

Para a definição destes tópicos materiais, é essencial, para além dos restantes aspetos anteriormente focados, o envolvimento das várias partes interessadas.

2. Envolvimento das partes interessadas

O Grupo PARPÚBLICA, nas diversas áreas de negócio onde atua, considera essencial o envolvimento com os vários grupos de *stakeholders* com os quais interage e, por maioria de razão quando, em áreas muito relevantes da sua atividade, são prestados Serviços Públicos ou de Interesse Geral.

O envolvimento com estes vários *stakeholders* permite acolher contributos importantes para a prossecução da missão que está atribuída a cada uma das empresas do Grupo, pelo que, de uma forma geral, constata-se uma preocupação em envolver e informar com rigor e transparência todos os que direta ou indiretamente se relacionam com elas e acompanham as suas respetivas atividades.

A PARPÚBLICA pretende, igualmente, e como anteriormente referido, continuar a aprofundar, neste contexto, o relacionamento com as partes interessadas, tendo em conta a sua importância para a identificação dos tópicos materiais para um desenvolvimento sustentável em cada caso, bem como incentivar as suas participadas que ainda não o façam de uma forma explícita.

Assim, de acordo com a sua missão específica e respetiva atividade, e não fazendo uma alocação direta a cada uma, as empresas do universo PARPÚBLICA tomam contacto com uma vasta diversidade de *stakeholders*, a saber:

Acionistas	Empresas Participadas	Colaboradores	Clientes
Fornecedores	Entidades Reguladoras e Entidades Fiscalizadoras	Entidades Licenciadoras	Sindicatos
Comunicação Social	Bancos	Comunidade	ONG's
Ministério das Finanças	Entidades Estatísticas	Assessores Externos	Associações Sectoriais
Municípios	Entidades Públicas Internacionais	Universidades	Incubadoras

Especificamente, no que se refere à política de relacionamento com fornecedores, importa salientar que, genericamente, as empresas do Grupo PARPÚBLICA manifestam preocupação com os seguintes aspetos na contratação (em particular, aquelas em que o volume de contratação externa de fornecimentos para o seu processo produtivo é mais acentuado):

- Direitos Humanos na contratação e seguimento de investimentos significativos.
- Preocupação em que as operações tenham mecanismos implementados para envolvimento, avaliação de impacto e programas de desenvolvimento com as comunidades locais;
- Cuidado na seleção de novos fornecedores procurando usar critérios sociais.

Por outro lado, ainda relativamente às cadeias de fornecimentos das várias atividades do Grupo PARPÚBLICA, não foram identificados riscos relevantes em qualquer operação ou fornecedor relevante:

- Nos quais fosse identificado que pudessem ser colocados em risco os direitos de liberdade de associação e negociação coletiva;
- Nos quais fosse identificado o risco de recurso ao trabalho infantil; e
- Nos quais fosse identificado o risco de recurso ao trabalho forçado ou compulsório.

Em conclusão, as empresas do Grupo PARPÚBLICA, na medida das suas atribuições, esforçam-se por promover uma política de proximidade com os seus respetivos *stakeholders*, de acordo com a sua classificação nas dimensões de: Influência, Responsabilidade e Dependência. Tal permite uma abordagem direcionada e obter resultados mais vantajosos para as partes.

A comunicação no universo do Grupo com estas partes interessadas, quer internamente quer externamente, desenvolve-se, assim, através de múltiplos canais, diretos e indiretos, tendo sempre em consideração o cumprimento de objetivos de envolvimento e transparência, como apresentados de seguida:

Sítios da Internet	Relatórios e Contas	Relatórios de Sustentabilidade	Outros Documentos Institucionais
Canais de Comunicação Direta	Redes de Lojas	Outros Espaços Públicos de carácter Cultural	Diversas Publicações
Comunicações de Informação de Interesse Público	Diversas formas de contacto com Clientes	Diversas formas de contacto com Fornecedores	Comunicação entre empresas do Grupo
Diversas formas de contacto com Colaboradores	Avaliação de Desempenho	Colaboração com Sindicatos	Acordos de Empresa
Ações de Formação e Sensibilização	Guias Técnicos	Projetos com Entidades Externas	Visitas a Instalações Operacionais
Divulgação de Marcas	Redes Sociais	Participação em Conferências e outros Eventos	Imprensa

Quanto aos canais de comunicação e ao relacionamento entre a PARPÚBLICA e as suas empresas participadas, é objetivo continuar o trabalho relativo ao seu aprofundamento, de modo que se obtenham cada vez melhores resultados nomeadamente nos seguintes domínios:

- Partilha de informação relevante;
- Partilha e adoção das melhores práticas nos vários domínios;
- Harmonização de procedimentos nas áreas que se considerem convenientes, nomeadamente, no que se refere aos mecanismos de auditoria interna;
- Racionalização de estruturas numa ótica de incremento da eficiência (como são exemplo alguns serviços partilhados entre empresas do Grupo).

Finalmente, no que releva quanto à partilha de informação e de conhecimento, verificando-se uma necessidade crescente de serviços externos de gestão e de consultoria jurídica e financeira, e tomando partido do saber acumulado pela PARPÚBLICA ao longo dos anos nestas áreas, foi constituído o Centro de Conhecimento e Competências (CCC), destinado a interagir com o conjunto das empresas do Setor Empresarial do Estado.

3. Valorização dos negócios

As empresas do Grupo PARPÚBLICA, tendo uma natureza pública, têm como objetivo central dar cumprimento às orientações e objetivos do seu acionista, previstos nas diversas estratégias setoriais.

Tais objetivos estratégicos são posteriormente plasmados nos planos anuais de atividade e orçamento das empresas, cuja elaboração e aprovação seguem procedimentos e orientações específicas, sendo a sua execução objeto de monitorização e controlo efetuados de forma regular, desde logo pela holding, mas também por outras entidades de supervisão e controlo do SEE.

A estratégia adotada pela PARPÚBLICA tem visado o triplo objetivo de maximizar o valor dos ativos, preservar a manutenção dos rácios financeiros em termos adequados à natureza e liquidez dos ativos e potenciar a capacidade de criação de valor das várias empresas que integram o Grupo.

Assim, a PARPÚBLICA procura ativamente que todas as suas participadas consigam garantir a sua sustentabilidade económica e financeira mediante o desenvolvimento de estratégias que assegurem a criação de valor para o acionista e para a sociedade, nomeadamente, e sempre que possível, através:

- Do desenvolvimento sustentado e crescimento da atividade, quer por expansão dos mercados de atuação, quer através do alargamento da base de produtos e serviços;
- De uma orientação cada vez mais aprofundada para o Cliente e para todas as partes interessadas;
- Da prestação de forma exemplar de Serviços Públicos e de Interesse Geral;
- Da melhoria e racionalização da estrutura operacional e/ou processos produtivos, para aumentar a eficiência e rentabilidade do negócio;
- Da manutenção da capacidade para solver os compromissos assumidos, de forma tempestiva;
- Do investimento para modernização e revitalização dos ativos, de forma a torná-los mais eficientes e rentáveis;
- Da continuação da redução do endividamento e/ou melhoria das condições que lhe estão associadas;
- Da valorização das carteiras de Ativos Imobiliários sob gestão e do património fundiário;

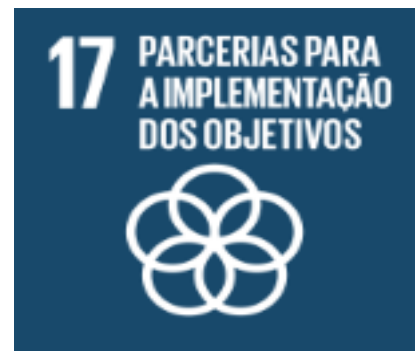
- Do desenvolvimento de políticas de investigação e desenvolvimento (internamente e/ou com parceiros);
- Da mitigação dos riscos associados às diversas tipologias de atividade do Grupo.

Deve destacar-se que a prossecução destes objetivos respeita políticas exigentes de credibilidade, transparência e rigor dos modelos de gestão do Grupo e de cada empresa individualmente, bem como todas as políticas e normativos incluídos no Regime Jurídico do Setor Empresarial do Estado e restante regulamentação.

Dadas as especificidades da sua atividade, na sequência da entrada em vigor da norma europeia SEC 2010, a PARPÚBLICA passou a integrar, desde 1 de janeiro de 2015, o perímetro das contas públicas. Esta circunstância implicou um processo de adaptação da empresa, em termos humanos e técnicos, por forma a cumprir os novos procedimentos compatíveis com as regras e sistemas da contabilidade pública, que a empresa passou a ter de assegurar, em paralelo com os que são inerentes à vida de qualquer Sociedade, e que se mantêm em utilização.

Importa também fazer uma referência à continuação da crise sanitária global inerente à pandemia de COVID-19, cujos impactos significativos sobre o regular funcionamento das atividades da generalidade das empresas do Grupo PARPÚBLICA se iniciaram em 2020 e mantiveram-se de forma irregular ao longo do ano de 2021, tendo a holding do Grupo, desde o seu início, procurado monitorizar os acontecimentos e contribuir de forma próxima na identificação desses impactos e construção de soluções no sentido de os mesmos poderem ser mitigados e ultrapassados.

De seguida, apresentam-se os principais indicadores económico financeiros do ano de 2021, da PARPÚBLICA e das suas participadas, na prossecução do seu objetivo de sustentabilidade económico financeira:



GRUPO PARPÚBLICA	Volume de Negócios 988M€ (+6% face em 2020)	EBITDA 461 M€ (+9% face a 2020)	Autonomia Financeira 54% (50% em 2020)	Dívida Líquida 1,223 M€ (-41% face a 2020)
PARPÚBLICA	Volume de Negócios (incluindo dividendos) 64,3 M€ (-23% face a 2020)	EBITDA 56,1 M€ (-17% face a 2020)	Autonomia Financeira 94% (82% em 2020)	Dívida Líquida -135 M€ (+539,6 M€ em 2020)
AdP	Volume de Negócios 789 M€ (+3% face a 2020)	EBITDA (ajustado DRG) 387 M€ (+2% face a 2020)	Autonomia Financeira 28,9% (27,8% em 2020)	Dívida Líquida 1,396 M€ (-10% face a 2020)
INCM	Volume de Negócios 98 M€ (+31% face a 2020)	EBITDA 27,2 M (+87% face a 2020)	Autonomia Financeira 62% (59% em 2020)	Dívida Líquida -21 M€ (-16 M€ em 2020)
SIMAB	Volume de Negócios 17 M€ (+2% face a 2020)	EBITDA 12,3 M€ (-0,3% face a 2020)	Autonomia Financeira 61% (57,5% em 2020)	Dívida Líquida 33 M€ (-16% face a 2020)
COMPANHIA DAS LEZÍRIAS	Volume de Negócios (incluindo rendas) 9,1 M€ (+15% face a 2020)	EBITDA 4,4 M€ (+12% face a 2020)	Autonomia Financeira 91,4% (90,2% em 2020)	Dívida Líquida -10,3 M€ (-7,78 M€ em 2020)
FLORESTGAL	Volume de Negócios 0,4 M€ (-78% face a 2020)	EBITDA 0,9 M€ (-89% face a 2020)	Autonomia Financeira 94,6% (92,5% em 2020)	Dívida Líquida -5,6 M€ (-6,08 M€ em 2020)
FUNDIESTAMO	Volume de Negócios 2,6 M€ (-0,15% face a 2020)	EBITDA 401 m€ (+74% face a 2020)	Autonomia Financeira 83% (75,1% em 2020)	Dívida Líquida -2,46 M€ (-2,35 M€ em 2020)
ESTAMO	Volume de Negócios (inclui compensações) 57,3 M€ (+23% face a 2020)	EBITDA 41 M€ (+4% face a 2020)	Autonomia Financeira 96,8% (94,8% em 2020)	Dívida Líquida 6,94 M€ (4 M€ em 2020)
CONSEST	Volume de Negócios 0 € (igual a 2020)	EBITDA -245 m€ (-75% face a 2020)	Autonomia Financeira 70,1% (71,5% em 2020)	Dívida Líquida 7,07 M€ (6,57 M€ em 2020)
BAÍA DO TEJO	Volume de Negócios 8,9 M€ (-1,5% face a 2020)	EBITDA 7,9 M€ (+255% face a 2020)	Autonomia Financeira 85,7% (86,3% em 2020)	Dívida Líquida 1,8 M€ (-3,2 M€ em 2020)
SAGESECUR	Volume de Negócios 7,1M€ (igual a 2020)	EBITDA 8,27 M€ (-3,9% face a 2020)	Autonomia Financeira 49% (43,1% em 2020)	Dívida Líquida 22,3 M€ (34,6 M€ em 2020)

Adicionalmente, o tema das alterações climáticas, que se têm vindo progressivamente a agravar, tem sido motivo de preocupação na esfera do Grupo PARPÚBLICA, desde logo pela visão do papel que as entidades públicas podem ter na prossecução de estratégias de minimização de impactos, de avaliação da pegada ecológica e de valorização do interesse público geral nos seus

planos de atividade, mas também porque os seus impactos podem ter especial materialidade na rentabilidade de alguns dos seus setores de atividade onde as suas participadas operam.

Importa, portanto, considerar, com especial relevância em algumas dessas participadas, a identificação de riscos e oportunidades suscitados por estas mudanças climáticas com potencial de gerar mudanças substanciais em operações, nomeadamente em termos de receitas ou despesas, numa perspetiva proativa de acomodação de impactos:

- **Grupo AdP** – A água desempenha um papel central no contexto das alterações climáticas, já que os seus efeitos põem em causa a disponibilidade e a qualidade deste recurso
- **SIMAB**
 - ▶ Elevadas temperaturas exigem maiores consumos de energia, essencialmente em Mercados Abastecedores com maior utilização de AVAC e/ou produção de frio industrial
 - ▶ Alterações climáticas potenciam riscos que influenciam a atividade dos clientes do setor Agroalimentar por redução da produção agrícola
 - ▶ Riscos de danos severos em edifícios e outros ativos, devido a fenómenos geotécnicos
- **BdT** – Fenómenos climáticos extremos (precipitação extrema e subida do nível médio das águas) podem originar impactes no edificado e outras infraestruturas dos Parques Empresariais
- **ESTAMO e FUNDIESTAMO** – As alterações climáticas potenciam fenómenos climáticos extremos que podem ter impacto significativo sobre os ativos imobiliários da sociedade, impossibilitando o seu uso pelos inquilinos com a consequente (potencial) perda de receitas por período indeterminado
- **CE** – A alteração drástica do panorama climático (temperado e ameno) na região do autódromo, levará a que as entidades habituais do circuito possam procurar outros destinos, traduzindo-se numa perda de rentabilidade
- **CL** – Estando as suas principais atividades muito dependentes de certos acontecimentos climáticos e sensíveis a fenómenos extremos, as alterações climáticas são um dos principais riscos, nomeadamente as secas prolongadas e frequentes
- **FLORESTGAL** – As florestas são consideradas como uma parte relevante e de ação direta no combate às Alterações Climáticas

Na perspetiva do impacto económico na envolvente, apresentam-se de seguida alguns investimentos em infraestruturas e serviços para benefício público, que as empresas do Grupo PARPÚBLICA desenvolvem:

- **Grupo AdP** – Exerce maioritariamente atividades que constituem serviços de interesse económico geral, indispensáveis ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente. Os investimentos realizados no core business do Grupo são para benefício da comunidade no setor do fornecimento de água e do saneamento
- **INCM** – Afeta anualmente cerca de 1% do seu volume de negócios em responsabilidade social, em particular nas áreas da cultura, serviço público e cidadania
- **SIMAB** – Contribui para o desenvolvimento local através das atividades complementares que nascem em redor dos Mercados abastecedores, com efeito na criação de emprego na comunidade local e, desta forma, contribui para a dinamização da economia (interna e externa)
- **BdT**
 - ▶ Sistema de infraestruturas de drenagem, através da ligação em alta dos efluentes do Parque Empresarial da Baía do Tejo (Barreiro) à ETAR Barreiro / Moita da Simarsul
 - ▶ Desenvolvimento de estudos no âmbito da eficiência energética por forma a implementar, a médio prazo, medidas com vista a minimizar consumos energéticos
- **ESTAMO** – No âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência elaborado pelo Governo Português prevê-se a utilização de fundos europeus para a transformação energética dos seus imóveis, através da implementação do autoconsumo
- **CE** – Continua a apostar na segurança passiva à volta da pista com a aquisição de barreiras amovíveis e na renovação total do CCTV tornando o autódromo mais atrativo para a realização de provas e também contribuindo também para a segurança dos pilotos
- **FLORESTGAL** – objeto social da empresa tem como objetivo a promoção de atividades económicas no denominado interior do país, tendo em vista, para além das questões ambientais, também a dinamização económica, social e demográfica dessas regiões

No que diz respeito às cadeias de fornecimento das várias empresas do Grupo PARPÚBLICA, importa considerar o seguinte detalhe de caracterização:

- **Grupo AdP** – Conta com uma extensa rede de fornecedores, com uma grande diversidade de atuação, de norte a sul do país, do litoral ao interior. Desta forma, o Grupo dinamiza a economia, criando postos de trabalho à escala local, refletindo-se a nível nacional, com impacto sobretudo nas zonas mais interiores
- **INCM** – Devido à natureza da sua atividade, a maior parte dos fornecedores de compras diretas encontra-se fora de Portugal e desenvolve operações em segmentos de mercado muito específicos, como os materiais de segurança
- **SIMAB** – Este grupo de empresas não possui, de forma direta, uma atividade produtiva e os seus fornecedores são divididos em dois grandes grupos: fornecimentos de bens (água, eletricidade) e prestadores de serviços (manutenção, segurança, limpeza e gestão de resíduos)
- **ESTAMO** – Sendo uma sociedade imobiliária com a atividade integralmente no mercado nacional, os respetivos fornecedores integram, maioritariamente, o mercado português
- **CE** – Dada a especificidade dos serviços prestados, não existe no mercado um leque muito grande de fornecedores (quase todos nacionais) para os serviços solicitados, o que não quer dizer que não esteja atenta ao feedback de todos os envolvidos na cadeia de fornecimento
- **FLORESTGAL** – Encontra-se no início do ciclo de valor florestal, enquanto produtora de madeiras (sobretudo Sobreiro, Eucalipto, Pinheiro Bravo, Pinheiro Manso) e frutos (Cortiça e Pinha). Os seus fornecedores diretos da atividade são sobretudo empresas de projetos florestais, viveiros, empresas de operações florestais

4. Valorização dos recursos humanos



Desde a aprovação da Agenda 2030, em 2015, o UN Global Compact incentiva as organizações a integrar nas suas estratégias os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

De acordo com a UN global Compact, a sustentabilidade numa organização começa nos seus valores e princípios

Princípios do UN Global Compact ligados à valorização dos recursos humanos:

- Declaração universal dos Direitos Humanos;
- Declaração da Organização Internacional do trabalho sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho.

O ano de 2021 continuou marcado pela crise de saúde pública, provocada pela Covid-19, ao longo do ano a população ficou sujeita a diversos confinamentos, aprovados pelo Governo português e de acordo com a avaliação da situação epidemiológica, os colaboradores do Grupo PARPÚBLICA, na situação de confinamento, deram continuidade às suas funções, tornando-se pertinente o recurso ao trabalho remoto de modo a garantir a continuidade das atividades económicas. Os seus benefícios incluem a redução dos tempos de deslocação, o aumento da concentração nas tarefas de trabalho, bem como uma oportunidade para um maior equilíbrio entre a vida profissional, familiar e pessoal. O trabalho remoto proporcionou oportunidades de horários mais flexíveis e a liberdade de trabalhar a partir de um local alternativo.

As empresas do Grupo PARPÚBLICA procuram adotar as melhores práticas de gestão de recursos humanos, não obstante os constrangimentos que se verificaram, no que se refere à possibilidade do redimensionamento dos recursos humanos, das estruturas salariais e dos benefícios atribuídos inerentes ao facto de pertencerem ao Setor Empresarial do Estado. Apesar de se ter já verificado algumas evoluções iniciadas no exercício de 2019 que, tiveram continuidade em 2020 e 2021, no entanto sobre estes aspetos, permanecem ainda restrições significativas.

De uma forma genérica, tem havido preocupação em assegurar o bem-estar, motivação e satisfação dos seus colaboradores e colaboradoras através dos salários, e benefícios praticados, do equilíbrio entre a vida profissional, familiar e pessoal e das oportunidades de carreira proporcionadas em diversas áreas do Grupo, bem como, em adotar boas práticas ao nível da igualdade, através da implementação de medidas ajustadas ao contexto e atividade de cada empresa, e em garantir a segurança e saúde no trabalho.

Por outro lado, também de uma forma genérica, as empresas do Grupo PARPÚBLICA adotam uma política de gestão dos seus recursos humanos orientada para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo e aumento da produtividade nas suas respetivas áreas de negócio.

1. Caracterização do Grupo



No final de 2021, no Grupo PARPÚBLICA
4.493 colaboradores (32,3% Mulheres
e 67,7% Homens),

69 Cargos de Gestão (39,0% Mulheres
e 61,0% Homens)

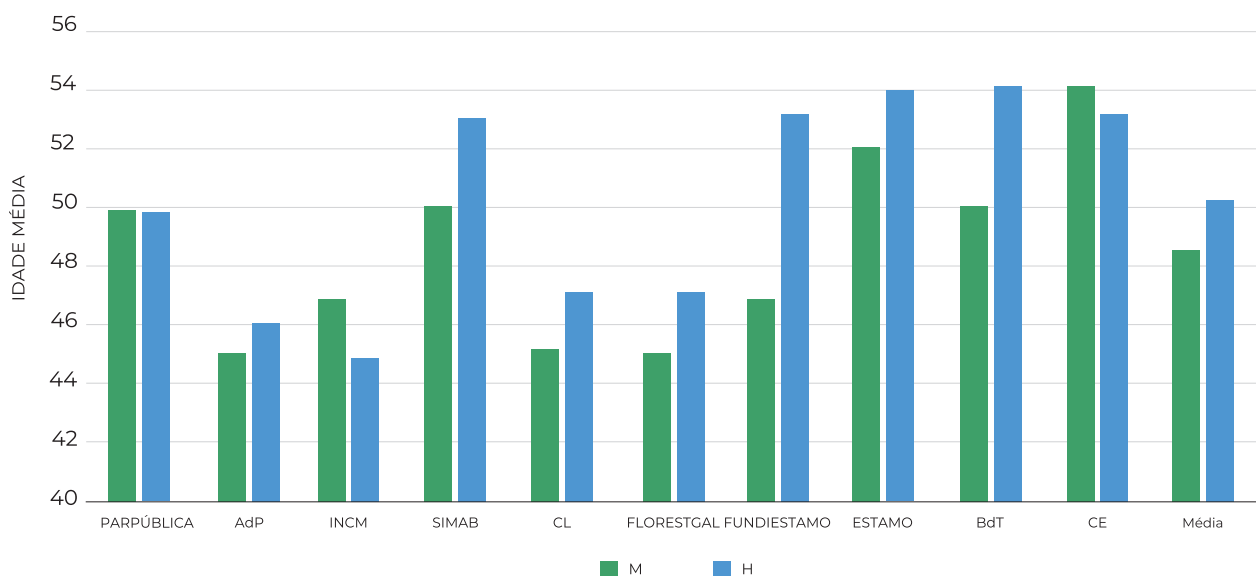
No final de 2020, no Grupo PARPÚBLICA
4.393 colaboradores (32,3% Mulheres
e 67,7% Homens),

69 Cargos de Gestão (34,7% Mulheres
e 65,3% Homens)

Com a seguinte distribuição **por género e por empresa em 2021 e 2020.**

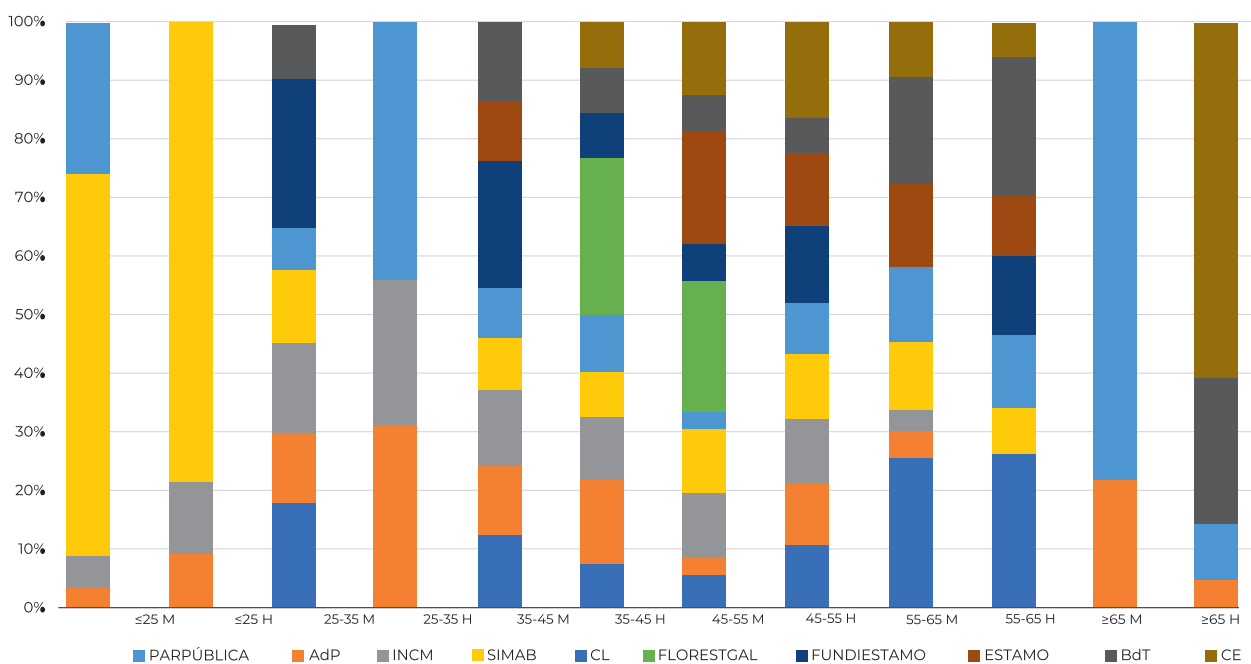
	M	H	Total 2021	Total 2020
PARPÚBLICA	19	16	35	35
AdP	998	2503	3501	3411
INCM	333	391	724	701
SIMAB	24	25	49	54
CL	29	58	87	90
FLORESTGAL	1	1	2	2
FUNDIESTAMO	5	7	12	13
ESTAMO	6	3	9	9
BdT	29	33	62	65
CE	7	5	12	13
TOTAL	1451	3042	4493	4393

Idade média (repartido por Mulheres e Homens)



No gráfico seguinte apresenta-se a **distribuição dos colaboradores/as por grupo etário e por género** nas empresas do Grupo:

Colaboradores por faixa Etária e por Género no Grupo PARPÚBLICA



De seguida caracteriza-se o Grupo PARPÚBLICA por de acordo com o **tipo contrato de trabalho** (permanente, com contrato a termo certo, estágios) e por género:

CONTRATO DE TRABALHO									
	Permanente / termo incerto		Com termo		Estagiários / Outros		TOTAL		TOTAL
	F	M	F	M	F	M	F	M	
PARPÚBLICA	19	16	0	0	0	0	19	16	35
AdP	911	2157	15	26	72	320	998	2503	3501
INCM	327	382	6	9	9	3	342	394	736
SIMAB	24	25	0	0	0	0	24	25	49
CL	29	58	0	0	0	0	29	58	87
FLORESTGAL	1	1	0	0	0	0	1	1	2
FUNDIESTAMO	7	5	0	0	0	0	7	5	12
ESTAMO	6	3	0	0	0	0	6	3	9
BdT	29	33	0	0	0	0	29	33	62
CE	5	7	0	0	0	0	5	7	12
TOTAL	1358	2687	21	35	81	323	1460	3045	4505

Variação, no **Grupo PARPÚBLICA**, face a 2020, por género:

Contratos Permanente / Termo incerto

+73 M
+ 144 H

Contratos com Termo

-35 M
-54 H

No caso da BdT e da AdP a totalidade dos colaboradores/as estão abrangidos por acordos de negociação coletiva, sendo que neste último caso, desde 2018 está em vigor um Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), celebrado com os Sindicatos, que constitui um instrumento importante de normalização das relações laborais, de desenvolvimento sustentável das empresas, e de valorização dos colaboradores/as.

Nas restantes empresas do Grupo, apenas a INCM e a CL apresentam este tipo de acordo, com 41% e 30% de colaboradores e colaboradoras abrangidos, respetivamente.

No seguinte quadro identificamos a relação entre a **remuneração total anual do indivíduo mais bem-pago e a média das remunerações totais anuais de todos os trabalhadores e trabalhadoras** (exceto o mais bem-pago):

PARPÚBLICA	AdP	INCM	SIMAB	CL	FLORESTGAL	FUNDIESTAMO	ESTAMO	BdT	CE
2,06	4,40	3,49	2,93	5	2,3	1,52	1,88	2,15	2,63

2. Igualdade e diversidade



No Grupo PARPÚBLICA a temática da igualdade e diversidade nas empresas tem vindo a consagrar estes princípios nos seus valores através:

- Códigos de Ética e conduta;
- Planos de Igualdade de Género e
- Próprias Políticas de Recursos Humanos de cada uma das empresas

Para além de acolherem estes princípios nos seus normativos as empresas do Grupo PARPÚBLICA promovem ativamente práticas de atuação que procuram assegurar a não discriminação na gestão diária dos seus recursos humanos, bem como nos processos de recrutamento e seleção, internos ou externos, nos quais se procura que sejam efetuados com total transparência, garantindo igualdade de oportunidades independentemente do género, idade, raça, religião e/ou orientação sexual de cada um.

As políticas de recursos humanos das várias empresas têm presente o princípio da igualdade salarial entre homens e mulheres, procurando-se que este não constitua um fator discriminatório.

Neste âmbito, importa destacar algumas ações concretas desenvolvidas nas empresas do Grupo PARPÚBLICA, tendo em vista o aprofundamento do **princípio de Igualdade de género**:

- Em 2020 a **PARPÚBLICA** aderiu ao iGen – Fórum Organizações para a Igualdade, uma iniciativa da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE), sendo mais um passo na assunção perante a sociedade do seu compromisso com os princípios da igualdade de género e da responsabilidade social, mas também um reconhecimento do caminho que tem vindo a percorrer;
- Em 2022 a PARPÚBLICA atualizou o seu Plano para a igualdade, no qual é definindo uma política de promoção da igualdade de género e não discriminação adequada à natureza e à dimensão da empresa, bem como aos seus impactos previsíveis neste domínio, estabelecendo objetivos estratégicos, nomeadamente através de boas práticas laborais, apoio profissional e de desenvolvimento pessoal, equipamentos, serviços e benefícios, entre outros, garantindo o cumprimento, a monitorização e a revisão de objetivos, programas, indicadores e metas nas suas políticas e práticas; <http://www.parpública.pt/newsfiles/Planoparaligualdade2022.pdf>
- O Código de Ética e conduta que elenca os princípios de ética e as normas de conduta profissional, a observar pela PARPÚBLICA e respetivas Partes Intervenientes no exercício das suas funções, sem prejuízo de outras disposições regulamentares e legais aplicáveis, designadamente em matéria laboral, administrativa ou outra. Foi atualizado durante o ano de 2021 e pode ser consultado em: http://www.parpública.pt/newsfiles/CodigodeEtica_2021_VFinal.pdf
- A 30 de Novembro de 2021, a PARPÚBLICA adere ao Pacto para a Conciliação, que, reconhece que a conciliação da vida profissional, pessoal e familiar é condição de igualdade entre mulheres e homens, de bem-estar, de produtividade e de sustentabilidade demográfica, assim como, da promoção de condições efetivas de conciliação da vida profissional, pessoal e familiar que passa por uma mudança cultural e organizacional que exige convocar vontades em diferentes planos e assumir um compromisso coletivo prolongado, estabelecendo que, para tal, a conciliação da vida profissional, pessoal e familiar deve ser assumida como critério de gestão das organizações;



No Grupo AdP em 2021, desenvolveram-se algumas iniciativas que concorreram para o cumprimento do Plano de igualdade e que podem ser identificadas no Relatório de Sustentabilidade de 2021 do Grupo AdP, das quais se destaca:

- Adesão à Associação Portuguesa para a Diversidade e Inclusão, criada para gerir e garantir a sustentabilidade e desenvolvimento da Carta Portuguesa para a Diversidade e Inclusão. E adesão ao GRACE – Associação Empresas Responsáveis;
- Monitorização dos objetivos explícitos e mensuráveis do Sistema de Gestão de Responsabilidade Empresarial e definição de novas metas no âmbito do reposicionamento da Sustentabilidade no Grupo AdP;
- Consulta aos trabalhadores/as do Grupo sobre o grau de satisfação com as políticas e medidas implementadas, relativas às dimensões de diversidade e igualdade, ética, não discriminação e equilíbrio e conciliação vida profissional, familiar e pessoal no âmbito da auscultação de Clima Organizacional;
- Realização de sessão "Encontro em Nós AdP" com testemunhos de membros do comité Paralímpico, sensibilizando para a igualdade e não discriminação, resiliência, motivação e espírito de entreajuda nas equipas;
- Realização de estudo de riscos psicossociais, cujo resultado refere a inexistência de tendências discriminatórias Homem/Mulher;
- Adesão à Meta Nacional para a Igualdade de Género, 40% de Mulheres em Cargos de Decisão até 2030, como empresa bandeira, reforçando o seu compromisso com o ODS5 – Igualdade de Género, da Agenda 2030 da ONU;
- Participação na organização do IV Fórum Nacional para a Diversidade e Inclusão – Olhares sobre a Diversidade e Inclusão;
- Todos os indicadores relevantes relativos à igualdade de género são disponibilizados anualmente no Relatório de Sustentabilidade do Grupo AdP.

Na INCM, em 2022 existiram diversas ações concretas relativas a estas temáticas e das quais destacamos:

DIA DA IGUALDADE SALARIAL

Todos os anos, com o objetivo de alertar para as disparidades salariais entre mulheres e homens, assinala-se o Dia Nacional da Igualdade Salarial, o dia a partir do qual, virtualmente, as mulheres deixam de ser remuneradas pelo seu trabalho, enquanto os homens continuam a receber o seu salário. Em 2021 esta data é assinalada em novembro.



DIA INTERNACIONAL PARA A TOLERÂNCIA - ZERO DISCRIMINIZAÇÃO



Celebra-se no dia 16 de novembro e é uma iniciativa promovida pela UNESCO com o propósito de lembrar a importância, numa sociedade, dos valores democráticos como o respeito pelo outro e pela diferença.

PARTICIPAÇÃO NO PROJETO DIVERSITY@WORK

A INCM participou no projeto Diversity@Work, um projeto que visa apoiar a implementação da Carta para a Diversidade Europeia nas empresas. Além da participação em grupos de trabalho foi feita a formação de formadores do curso de Diversidade & Inclusão organizado pela Fundação Aga Khan Portugal

AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO SOBRE DIVERSIDADE E ENVIESAMENTO INCONSCIENTE

Para os responsáveis envolvidos pelas entrevistas de seleção e recrutamento
Para os responsáveis envolvidos na avaliação de desempenho
(Em parceria com a Fundação Aga Khan Portugal)

TELETRABALHO E CONCILIAÇÃO DA VIDA PROFISSIONAL COM A VIDA FAMILIAR E PESSOAL



AVISOS GENÉRICOS SOBRE O TELETRABALHO E CONCILIAÇÃO

O teletrabalho pode ser um importante instrumento de reforço da conciliação da vida profissional, com a vida familiar e pessoal. Mas também exige, para isso, o respeito de algumas regras que permitam separar bem estas dimensões. Nesse sentido fizeram-se comunicações internas via online e física para alertar as nossas pessoas para estes cuidados.

FORMAÇÃO - IGUALDADE DE GÉNERO (CITE)

A CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego realizou uma ação de formação exclusiva para a INCM, para o desenvolvimento e promoção de competências pessoais e profissionais inclusivas no domínio da igualdade de género no trabalho e no emprego.

Apresentam-se seguidamente alguns indicadores, referentes às empresas do Grupo PARPÚBLICA, que permitem ilustrar a sua **caracterização quanto ao género**.

Relativamente à comparação **das retribuições entre Mulheres e Homens**, apresenta-se a análise do quadro seguinte (retribuição base mensal média das mulheres/retribuição base mensal média dos homens):

RÁCIO DA RETRIBUIÇÃO MÉDIA MENSAL F/M			
	TOTAL F/M	ADMINISTRAÇÃO F/M	COLABORADORES F/M
PARPÚBLICA	72,0%	91,0%	68,0%
AdP	121,0%	96,0%	131,0%
INCM	**	89,0%	**
SIMAB	103,0%	89,0%	110,0%
CL	92,0%	80,0%	79,0%
FLORESTGAL	58,0%	80,0%	43,0%
FUNDIESTAMO	73,0%	73,0%	73,0%
ESTAMO	78,0%	100,0%	71,0%
BdT	85,0%	80,0%	82,0%
CE	118,0%	***	125,0%

*) A Remuneração dos Órgãos de Governação encontram-se legalmente estabelecidas e são atribuídas independentemente do género.

**) A Remuneração base é estabelecida no Acordo empresa e não existe nenhuma distinção de género.

***) o CA não oferece qualquer remuneração.

A realçar a percentagem de colaboradores/as, por género, que usufruíram, no ano de 2021, de **licença parental por género**:

EMPRESAS	PARPÚBLICA	AdP	INCM	SIMAB	CL	FLORESTGAL	FUNDIESTAMO	ESTAMO	BdT	CE
M	0,0%	4,0%	0,02%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,07%	0,0%
H	0,0%	3,5%	0,03%	0,0%	12,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,03%	0,0%

No quadro seguinte apresentamos a **taxa de absentismo** por género:

EMPRESAS	PARPÚBLICA	AdP	INCM *	SIMAB	CL	FLORESTGAL	FUNDIESTAMO	ESTAMO	BdT	CE
M	3,25%	3,50%	7,16%	8,00%	5,90%	0%	0%	3,08%	2,21%	0,36%
H	3,25%	7,40%	8,61%	7,00%	7,90%	0%	0%	0,0%	6,4%	2,97%

* Taxa de absentismo que inclui COVID (Assis. Isol. Profilático; Assist. Encerr. Escolar; Dispensa Preventiva; Doença COVID; Isolamento Profilático): M:7,16; H 8,61%

Ainda de destacar as **entradas e saídas de colaboradores e colaboradoras em percentagem**, por género, nas várias empresas do Grupo:

	ENTRADA DE COLABORADORES/ SAÍDA DE COLABORADORES %			
	% Entrada		% Saída	
	F	M	F	M
PARPÚBLICA	0,0%	0,5%	0,0%	0,8%
AdP	73,8%	79,4%	55,7%	72,1%
INCM	20,0%	17,0%	26,2%	20,2%
SIMAB	0,0%	0,5%	1,6%	0,8%
CL	5,0%	2,6%	11,5%	4,7%
FLORESTGAL	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
FUNDIESTAMO	0,0%	0,0%	1,6%	0,0%
ESTAMO	1,3%	0,0%	0,0%	0,0%
BdT	0,0%	0,0%	3,3%	0,8%
CE	0,0%	0,0%	0,0%	0,8%
TOTAL	100%	100%	100%	100%

Apresenta-se nos quadros seguintes uma síntese de indicadores que procuram caracterizar as várias realidades existentes nas empresas do Grupo PARPÚBLICA relativamente aos seus administradores/as:

Caraterização das várias **Administrações do Grupo por género e o grupo etário**

EMPRESAS	PARPÚBLICA	AdP	INCM	SIMAB	CL	FLORESTGAL	FUNDIESTAMO	ESTAMO	BdT	CE	TOTAL
Grupo Etário											
«35 M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
«35 H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
35-45 M	0	2	0	0	1	0	1	0	0	0	4
35-45 H	1	4	0	1	0	0	1	0	0	0	7
45-55 M	1	8	1	1	0	1	0	1	1	1	15
45-55 H	2	11	0	1	0	0	0	2	2	1	19
55 - 65 M	1	4	0	0	1	0	1	0	0	0	7
55 - 65 H	0	6	1	0	1	1	2	1	0	0	12
» 65 M	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
» 65 H	1	2	0	0	0	0	0	0	0	1	4
TOTAL	6	38	2	3	3	2	5	4	3	3	69
M	2	15	1	1	2	1	2	1	1	1	27
H	4	23	1	2	1	1	3	3	2	2	42

As empresas do Grupo PARPÚBLICA estão de acordo com o Regime da representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração das entidades do setor público empresarial, que estabelece na alínea 1 do Artigo 4 “ proporção de pessoas de cada sexo designadas para cada órgão de administração e de fiscalização de cada empresa não pode ser inferior a 33,3 %, a partir de 1 de janeiro de 2018”.

Outros Instrumentos de Igualdade Entre Mulheres e Homens

A **PARPÚBLICA**, considera a conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar como uma condição fundamental para que colaboradores e colaboradoras se sintam dedicados/as, empenhados/as e dispostos/as a levar a cabo a sua missão e os objetivos. Consciente da importância deste princípio, a Empresa encontra-se atualmente a desenvolver o seu Sistema de Gestão da Conciliação entre a Vida Profissional, Familiar e Pessoal.

O Sistema de Gestão da Conciliação tem como objetivo promover a melhoria da qualidade de vida dos/as trabalhadores/as, permitindo sistematizar, validar e reconhecer procedimentos e práticas adotados neste domínio que favoreçam um maior equilíbrio entre as responsabilidades profissionais, o tempo em família e as atividades pessoais. A implementação do Sistema de Gestão da Conciliação concretiza-se com um processo de certificação na norma portuguesa NP 4552:2016 Sistema de Gestão da Conciliação entre a Vida profissional, familiar e pessoal.

A integração da conciliação ao nível dos recursos humanos e no modelo de gestão da Empresa favorecerá a introdução de otimizações ao nível da gestão de pessoas, que se confia que se traduzam em melhorias nos níveis de satisfação, envolvimento e motivação dos/as trabalhadores/as, de forma extensiva aos seus agregados familiares, assim como nos níveis de produtividade e, consequentemente, na qualidade de serviço nas diferentes equipas.

A concretização deste projeto está a ser assegurada internamente por um Grupo de Trabalho transversal de forma a contemplar uma visão integrada e inclusiva do contexto e complexidade da atividade da Empresa, sendo este Grupo de Trabalho apoiado por uma Empresa externa.

Neste momento a PARPÚBLICA identifica os seguintes aspetos relevantes na conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar dos seus colaboradores:

No âmbito das **Boas Práticas Laborais** alguns exemplos:

- Seguro de acidentes pessoais;
- Folga no dia de Aniversário;
- Teletrabalho e trabalho Híbrido;
- Flexibilidade de horário (para dispensa de acompanhamento de familiares a consultas e outras questões pessoais;
- Atribuição de subsídio de doença nos dias não pagos pela Segurança Social;
- Newsletter;
- Manual de acolhimento.

No âmbito do **Apoio Profissional e Desenvolvimento Pessoal** alguns exemplos:

- Biblioteca partilhada;
- Formação com temáticas transversais e/técnicas;
- Ferramentas colaborativas para comunicação eficiente entre colaboradores;
- Ações ligadas à saúde e ao bem-estar (ergonomia, ginástica, alimentação saudável)
- Comparticipação/ apoio em formação avançada (ex: Pós-graduações, especializações ou cursos equiparados)

No âmbito dos **Serviços e Benefícios** alguns exemplos:

- Seguro de saúde para os trabalhadores/as e agregado familiar (dependentes até aos 25 anos)
- Cartão refeição;
- Disponibilização de fruta 2 vezes por semana;
- Espaços equipados para refeições (3 copas com micro-ondas, frigorífico...)
- Disponibilização diária de café, chá, água tratada e bolachas;
- Lugares de estacionamento nas instalações;
- Cartão Galp Frota;
- Telemóvel com acesso à internet (dados e minutos);
- Equipamento informático adequado ao desenvolvimento da atividade em modelo flexível de organização do trabalho;
- Acordos e protocolos para acesso com condições especiais (restauração, lazer, desporto, telecomunicações, outros)
- Sala de convívio;
- Oferta de nascimento;
- Momentos de convívio (Happy Day)
- Convívios presenciais/ temáticos como São Martinho, Natal, Aniversários do mês etc.)

O **Grupo AdP** considera os seus recursos humanos como o principal fator diferenciador na prossecução da contínua excelência de serviços. Apostando em políticas e práticas de gestão de recursos humanos que promovem a aquisição das competências necessárias à concretização dos seus objetivos estratégicos e ao desenvolvimento pessoal e profissional dos trabalhadores/as. A melhoria contínua dos sistemas de gestão de higiene e segurança no trabalho e de responsabilidade social permitem uma gestão adequada dos riscos associados às atividades do Grupo AdP e à garantia das melhores práticas de trabalho.

Existem diversos benefícios complementares que traduzem a aposta em políticas sociais nas várias empresas do Grupo AdP e que contribuem para a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal de acordo com o Relatório de sustentabilidade publicado pelo grupo AdP para 2021.

O Grupo AdP está alinhado com as convenções internacionais sobre as relações sociais e condições de trabalho, adotadas na Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Global Compact – Práticas Laborais

Privilegiando a mobilidade interna nos processos de recrutamento: O recrutamento interno é encarado como uma das ferramentas de desenvolvimento pessoal e profissional dos trabalhadores/as, possibilitando-lhes a exposição a novos contextos e desafios, que potenciam a aquisição de novas aprendizagens e competências.

A mobilidade interna de trabalhadores/as entre empresas do Grupo tem sido uma opção estratégica, contribuindo, por um lado, para a otimização da gestão de recursos humanos e, por outro, para a evolução profissional, partilha de experiências e/ou melhor equilíbrio da vida pessoal e profissional dos trabalhadores/as. O recrutamento interno de profissionais para alocar a projetos e/ou para suprir necessidades de know-how específico é um processo que acrescenta valor ao Grupo AdP e possibilita aos trabalhadores/as a exposição a novos contextos e desafios que potenciam a aquisição de novas aprendizagens e competências, quer em contexto nacional, quer internacional.

Neste processo, a **INCM** já tem um longo caminho nesta matéria e tem uma multiplicidade de benefícios nas diferentes esferas de ação (saúde, apoios sociais, família, formação, bem-estar, descontos, mobilidade profissional, comunidade), enquadrados em normas internas e no Regulamento dos Serviços Sociais.

A INCM decorrente do convite feito para ser uma das empresas bandeira do Programa «3 em Linha» - “Pacto para a Conciliação”, promovido pelo Governo em parceria com a APEE, para a implementação e certificação de um sistema de gestão da conciliação com base na norma portuguesa NP 4552:2016, implementou o seu sistema e obteve a certificação pela APCER, no dia 28 de outubro de 2021.

Esta atribuição confirma a INCM como uma empresa pioneira nesta matéria, sendo das primeiras em Portugal a se certificar neste referencial.

No relatório de sustentabilidade da INCM estão descritos todos os benefícios que os colaboradores/as foram beneficiando ao longo do ano.

A INCM desenvolve as suas operações em Portugal, sendo por isso abrangida ao cumprimento da legislação laboral portuguesa. Adicionalmente a INCM tem um Código de Ética e de Conduta, disponível na sua página oficial (https://www.incm.pt/porta/incm_codetica.jsp), que define os padrões éticos e deontológicos aceites e praticados pela empresa, e estes princípios são vertidos nas suas políticas e práticas internas. O canal de ética (etica@incm.pt) é o meio de reporte para as situações de discriminação, bem como de todas as outras abrangidas no Código de Ética e de Conduta da INCM. O Comité de Ética é o órgão independente responsável por promover a aplicação e a evolução do Código de Ética e de Conduta e pela gestão de todas as questões reportadas. A INCM é também membro fundador iGen - Fórum de Organizações para a Igualdade, com o qual renovou o seu compromisso, e participa nos grupos de trabalho da Associação Portuguesa para a Diversidade e Inclusão, no âmbito da Carta da Diversidade, da qual é signatária.

A INCM está empenhada historicamente na defesa da igualdade de direitos e oportunidades, fundamentais para um desenvolvimento mais justo e equilibrado da sociedade, consagrando, entre outros, o princípio da igualdade de género e não discriminação nos seus Valores, Código de Ética e Política de Recursos Humanos.

As iniciativas prosseguidas encontram-se consagradas no Plano da Igualdade de Género da INCM e são acompanhadas pelo Comité de Igualdade de Género e estão desenvolvidas no seu relatório de sustentabilidade de 2021.

Para além do código de Ética que está disponível no site institucional da **SIMAB**, o grupo dispõe ainda de Plano para a Igualdade em demonstração do compromisso para com o tema da igualdade de género e em cumprimento do artigo 7.º da Lei n.º 62/2017 de 1 de agosto e do Despacho Normativo n.º 18/2019 de 17 de junho, tendente a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre mulheres e homens, promovendo a eliminação da discriminação em função do género e fomentando a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional.

Na **CL**, no que respeita a admissões e fixação da massa salarial existe uma efetiva igualdade de tratamento entre homens e mulheres, isto é evidenciado na composição do Conselho de Administração que apresenta uma situação maioritariamente do sexo feminino. Em 2020 foi criado o plano para a igualdade que entrou em vigor no decorrer do ano de 2021.

Saliente-se ainda que, o setor agrícola apresenta historicamente uma grande predominância de mão-de-obra masculina, mas apesar de tal acontecer, está estabelecida na empresa uma política de meritocracia que assenta na qualidade e quantidade do trabalho desenvolvido, e não no género.

A **ESTAMO** tem em vigor um plano de igualdade de género.

Na **Baía do Tejo** a Igualdade de Género tem sido trabalhada de forma gradual, assumindo desde a primeira hora o compromisso da igualdade de género como um desígnio estratégico da empresa. A Baía do Tejo dispõe de um Plano de Igualdade, sendo inclusivamente uma das empresas fundadoras do Fórum para Igualdade: “O Nosso Compromisso”, criado em 2013.

O Plano para a Igualdade foi implementado no início de 2015, o qual preconiza, como objetivo primordial, alcançar uma efetiva igualdade de tratamento de género e de oportunidades e permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional.

Deste modo, a BdT tem participado ativamente no Fórum de Empresas para a Igualdade, sendo uma das 30 empresas representativas dos mais importantes setores da economia nacional que assinaram o Acordo de Adesão ao Fórum de Empresas para a Igualdade de Género (IGEN) promovido pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE).

Assumindo a Igualdade de Género como um desígnio estratégico, a empresa incorporou na sua própria missão este compromisso e passou a adotar na vertente comunicacional – quer interna quer externa uma linguagem inclusiva.

3. Formação e avaliação



Formação e Avaliação

Formação

O Grupo PARPÚBLICA têm vindo a promover inúmeras ações no âmbito da formação dos seus colaboradores/as, seja internamente ou externamente

A pandemia de Covid 19 veio alterar, em muitos casos, os planos de formação das empresas do Grupo. No entanto, muitas empresas do Grupo PARPÚBLICA recorreram aos meios telemáticos para efetuar formações programadas. Os planos de formação estão inevitavelmente ligados às necessidades de cada uma das empresas e seus colaboradores/as, decorrentes das suas atividades próprias, havendo, contudo, alguns temas transversais abordados por algumas das empresas do Grupo, como sejam ações de formação nas áreas de Segurança e Higiene no Trabalho, planos de prevenção e emergência, entre outros, de que se destacam as temáticas relacionadas com a gestão financeira, análise de investimentos, e, naturalmente as temáticas da sustentabilidade.

Apresentam-se nos quadros seguintes as **horas de formação totais por empresa e por colaborador (em média por género)** nas várias empresas do Grupo:

	Nº de Horas de Formação 2021		Nº de Horas de Formação 2020	
	F	M	F	M
	Valores totais		Trabalhadores	
PARPÚBLICA	342	175	421	281
AdP	30 154	43 073	20 030	26 439
INCM	20 215	22 962	4 361	4 508
SIMAB	1 028	843	804	244
CL	716	108	506	954
FLORESTGAL	2	2	68	136
FUNDIESTAMO	301	295	1 580	25
ESTAMO	42	17	35	29
BdT	1 543	554	121	693
CE	-	-	35	29
TOTAL	54 343	68 029	27 961	33 338

Em 2021, apresentou as seguintes **horas de formação (por colaborador em média) por género.**

	Nº de Horas de Formação - média	
	F	M
PARPÚBLICA	16	13
AdP	30	17
INCM	61	59
SIMAB	43	34
CL	25	2
FLORESTGAL	2	2
FUNDIESTAMO	60	42
ESTAMO	7	6
BdT	53	17
CE	0	0
TOTAL	296	192

PARPÚBLICA19h / Mulher
22h / Homem**AdP**23 h / Mulher
11 h / Homem**INCM**13 h / Mulher
12 h / Homem**SIMAB**28 h / Mulher
10 h / Homem**CL**20 h / Mulher
18 h / Homem**FLORESTGAL**68 h / Mulher
136 h / Homem**FUNDIESTAMO**316 h / Mulher
3 h / Homem**ESTAMO**6 h / Mulher
10 h / Homem**BdT**4 h / Mulher
20 h / Homem**CE**6 h / Mulher
10 h / Homem

Em face da sua especificidade, há ainda a destacar, as seguintes empresas do Grupo, relativamente à formação e qualificação dos seus colaboradores e colaboradoras:

A **AdP** corporiza a cultura de melhoria contínua e, como Grupo entende que é fundamental dotar os Recursos Humanos com as competências necessárias, que lhes permitam realizar todo o seu potencial, contribuindo assim para o sucesso da AdP. Desta forma, a formação dos colaboradores/as é uma aposta forte da política de gestão de Recursos Humanos.

Os processos de planeamento, gestão e avaliação da formação, visam dar resposta às necessidades formativas e garantir a qualidade, eficácia e adequação das mesmas. São igualmente dinamizadas ações de formação de cariz transversal e estratégico, com vista a promover o desenvolvimento organizacional, assim como o reforço e consolidação de valores de partilha e de trabalho e desenvolvimento alinhado e conjunto.

A **INCM** elabora planos de formação com programas ajustados às necessidades de competências específicas, bem como programas ajustados ao desenvolvimento no domínio comportamental.

A aquisição continuada de competências é o elemento-chave para a progressiva adaptação e evolução profissional das pessoas, principalmente, no que respeita à superação dos desafios que têm sido impostos pela inovação tecnológica e internacionalização da empresa registada nos últimos anos, pressupõem a existência de uma plataforma sólida de apoio à aquisição de conhecimentos, quer através de formação técnica e especializada, quer com recurso à qualificação académica, bem como o desenvolvimento de competências comportamentais.

A aposta continuada nestes pressupostos foi reforçada com um investimento exponencial no plano de formação da INCM está organizado em 4 programas: Transversal; Específicas; Liderança, e Qualificação Académica. Destaca-se, em 2021, para além do sucesso com o volume de horas de formação alcançado ainda em contexto pandémico, o primeiro programa de mentoring destinado a talentos internos, e o INCM Qualifica destinado a apoiar os trabalhadores a completar o ensino secundário. Destaca-se também as formações no âmbito da ética, igualdade e diversidade, a capacitação e transformação digital e o apoio ao trabalho remoto, em termos de conteúdos transversais e ainda a aposta contínua na formação especializada e técnica para responder ao elevado grau de especialização exigido.

Quanto às modalidades utilizadas para a formação foi mantida a aposta na formação remota, através da videoconferência e do *e-learning* que permite além de abranger diretamente mais de 300 pessoas uma maior flexibilidade na organização dos tempos. No entanto, mesmo com o contexto pandémico, foi ainda possível desenvolver um assinalável volume de horas de formação na modalidade presencial, cumprindo as exigentes regras de segurança e saúde no trabalho, definidas.

Neste contexto, importa igualmente referir a importância da plataforma de suporte à gestão da formação, fundamental para a operacionalização da formação em formato e-learning, bem como o processo de criação e renovação dos espaços dedicados à formação, nos diversos edifícios da empresa, que permitiram melhorar significativamente as condições e qualidade da formação ministrada.

Para a **SIMAB** uma das prioridades de atuação da empresa é o de assegurar a valorização dos recursos humanos, e desenvolver estratégias que permitam reforçar uma cultura organizacional alinhada com a identidade institucional da empresa e uma atuação, de todos colaboradores e colaboradoras, centrada na melhoria contínua dos seus processos de trabalho e na incorporação das melhores práticas.

A **Baía do Tejo** tem vindo a intensificar nos últimos anos a oportunidade de valorização dos seus recursos humanos através de ações de formação contínua, especificamente dirigidas às áreas funcionais a que se encontram adstritos. A Baía do Tejo, ao elaborar o seu plano de formação, tem presente o princípio da igualdade e não discriminação entre mulheres e homens, designadamente no que respeita às oportunidades de qualificação, de progressão na carreira e no acesso a cargos de chefia. No entanto, este aspeto não se encontra formalizado no processo de formação.

Avaliação de Desempenho

Relativamente à **evolução nas carreiras**, e apesar das restrições que ainda permanecem a este respeito, há a destacar a existência, em algumas empresas do Grupo, de modelos de progressão e avaliação de desempenho. Noutras ainda estão em fase de desenvolvimento:

Na **PARPÚBLICA** começou a ser desenvolvido em 2018 um modelo de organização de carreiras e de avaliação de desempenho, sendo que existe já um sistema de avaliação de desempenho em aplicação que se iniciou em 2020, relativo a 2019 e, é efetuado regularmente de forma anual a todos os colaboradores da holding.

Existe no **Grupo AdP** um modelo de avaliação de desempenho que tem como objetivo gerir e desenvolver os contributos individuais, por forma a garantir o alinhamento dos desempenhos com a estratégia e os objetivos da empresa e potenciar a melhoria contínua. Este Sistema de Avaliação de Desempenho prevê que a avaliação não seja um ato isolado, mas antes, parte de um processo permanente e contínuo, que integra o alinhamento de expectativas, a definição de metas e objetivos claros a atingir, a identificação de oportunidades de melhoria e principalmente, o desenvolvimento dos/as trabalhadores/as

A AdP, no decorrer de 2021 avaliou a totalidade dos/as trabalhadores/as e iniciou um trabalho de reflexão e revisão profundo sobre o atual sistema, tendo já sido definido um novo modelo de continuidade a implementar em 2022, que permitirá olhar para o desempenho da perspetiva do verdadeiro potencial individual, reforçando a máxima de que as pessoas e o seu desenvolvimento são o principal foco.

No âmbito da gestão do desempenho da **INCM**, considerado por esta sociedade como essencial para a promoção de uma cultura de meritocracia e desenvolvimento profissional, o Sistema de Gestão de Desempenho da INCM visa o reconhecimento da contribuição de cada um para os resultados da empresa, num processo de desdobramento dos objetivos estratégicos, passando pelas das unidades orgânicas e culminando na contratualização, em cascata, dos objetivos de equipa e individuais de todas as pessoas.

No **Grupo SIMAB** está projetada a implementação de um Plano de Carreiras, o qual está ainda na sua fase inicial.

A **BdT** estima implementar a avaliação de desempenho e desenvolvimento de carreiras durante o ano de 2022.

Desde 2019 que a **CE** tem implementado um sistema de avaliação de desempenho dos funcionários.

5. Valorização da sociedade



As empresas do Grupo PARPÚBLICA desenvolvem a sua atividade em múltiplas áreas de atividade com impactos significativos na comunidade, procurando, na medida do possível, ter um papel ativo no envolvimento com a mesma.

Acrece que, muitas destas empresas se encontram integradas na sociedade onde operam, mantendo uma relação de grande proximidade e de parceria com as comunidades locais.

A consciência de que a criação de valor para todos os stakeholders é garantia de subsistência e sustentabilidade no médio e longo prazo apresenta-se enraizada no Grupo.

A PARPÚBLICA procura partilhar ativamente com a comunidade envolvente os princípios de sustentabilidade em que assentam as políticas das várias empresas, e que sustentam as suas estratégias, seja através da qualidade e eficiência dos serviços prestados, seja através de outras iniciativas de carácter social, ao nível da sensibilização, formação, ou mesmo projetos de intervenção cultural, voluntariado e inclusão.

Para além das ações promovidas internamente pelas empresas do Grupo neste âmbito, há igualmente outras que são levadas a cabo através de parcerias com municípios, freguesias, associações ou outras entidades, algumas das quais com forte impacto a nível nacional, como são exemplo as campanhas ligadas ao consumo de água, ou as iniciativas para promoção da produção nacional.

Ao nível cultural, há a destacar a intervenção através da gestão e manutenção de espaços especificamente dedicados a esse efeito, como sejam Museus, Arquivos e Bibliotecas, sendo exemplo disso atividades desenvolvidas pela AdP, pela INCM ou pela BdT.

Na vertente dos serviços prestados, que em alguns casos constituem serviços públicos essenciais de interesse geral e gestão de recursos naturais, há uma preocupação constante com a necessidade de obtenção de níveis de excelência. Aliás, devem destacar-se as categorias de produto e serviços, nomeadamente na área do abastecimento de água, para os quais os impactos na saúde e segurança

são avaliados tendo em consideração a melhoria dos mesmos. Mas também a atividade da INCM relacionada com as edições com o objetivo de promover a língua e cultura portuguesas, ou da Companhia das Lezírias, através da Coudelaria de Alter, na preservação do património genético animal da raça Lusitana.

A mesma preocupação é verificada relativamente à procura, junto da cadeia de fornecimento, de fornecedores que considerem compromissos assumidos no Pacto Global das Nações Unidas. Veja-se o exemplo do Grupo AdP em que os novos fornecedores são selecionados considerando critérios de boas práticas laborais e usando critérios de direitos humanos.

De qualquer modo, as empresas desenvolvem sistemas de avaliação e monitorização de riscos aplicáveis às suas operações e, nos casos relevantes, às respetivas cadeias de fornecimento, para além dos Códigos de Ética e de Conduta aos quais aderiram, como explicado em capítulos anteriores.

A *holding* **PARPÚBLICA** não presta serviços públicos ou serviços de interesse geral, no entanto, como acionista funciona como a interligação e meio de intervenção do Estado nas suas participadas que prestam este tipo de serviços, garantindo de forma rigorosa a atuação das mesmas nestas matérias. Assim, destacamos as seguintes atividades de Serviços Públicos e de Interesse Geral prestados pelo universo do Grupo PARPÚBLICA:

- **Grupo AdP:** constitui um instrumento empresarial do Estado para a concretização das políticas públicas e dos objetivos nacionais no domínio do ambiente e efetua a gestão integrada do ciclo urbano da água através da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, indispensáveis ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente;
- **INCM:** possui um vasto e diversificado conjunto de atividades destacando-se as respeitantes às Contrastarias, as referentes à edição e publicação do Diário da República (serviço público de acesso universal e gratuito ao jornal oficial), as relacionadas com a produção de moeda, no quadro da sua política editorial, o reforçar da difusão de obras em língua portuguesa e representativas da cultura portuguesa e as que se relacionam com produtos exclusivos na área gráfica de segurança (exemplos: Cartão de Cidadão, Passaporte Eletrónico, Carta de Condução, entre outros);
- **SIMAB:** assume a missão pública que visa a melhoria dos circuitos de comercialização e distribuição nacionais de produtos agroalimentares, e também possibilitar às gerações vindouras uma mais-valia no seu universo de consumo, por via de uma oferta que se caracterizará, indubitavelmente, por um acréscimo da qualidade e diversidade alimentar. Atuam diretamente ao nível da cadeia de distribuição agroalimentar, em mercados abastecedores e mercados municipais;
- **CL (através da Coudelaria de Alter):** com a extinção da Fundação Alter Real (FAR), atendendo à natureza das atividades desenvolvidas pela CL, o Estado considerou que parte das competências que havia delegado na FAR eram transferidas para a CL, designadamente as relativas à preservação do património genético animal da raça Lusitana, permitindo concentrar apenas numa entidade a gestão de todas as coudelarias detidas pelo Estado, sem prejuízo da gestão empresarial da CL. Consequentemente foram delegados pelo Estado na CL os seguintes fins e atribuições, compatíveis com a atividade estatutariamente já desenvolvida:

- A preservação e divulgação do património genético animal da raça Lusitana, bem como o fomento e melhoramento dos equinos, nas linhas genéticas de Alter-Real e da Coudelaria Nacional, a par da preservação da linha genética da Coudelaria Companhia das Lezírias, S.A., sem prejuízo das atribuições de preservação genético próprias da DGAV;
- A formação profissional na área da equitação como ferramenta essencial à divulgação da produção e utilização do cavalo e, no que se refere aos equinos de raça Lusitana de linha de Alter, em articulação com a Escola Portuguesa de Arte Equestre;
- O desenvolvimento de um polo estruturante da economia regional;
- A representação do país pela colocação da Coudelaria de Alter ao serviço do protocolo do Estado.

Ainda neste contexto, embora sem definição formal de serviço público e de interesse geral, assinala-se: (i) no **CE**, a prestação de serviços no domínio da formação de pilotos, de formação para forças de segurança, da formação em condução defensiva e o seu papel fulcral na promoção da região e do turismo; (ii) a **SAGESECUR** no domínio da qualidade e adequabilidade do material circulante para uma linha cuja importância para a mobilidade urbana é essencial e enquanto *market maker* para fundos geridos por outra sociedade do Grupo, defendendo, desta forma, os interesses dos pequenos investidores e; (iii) a **FLORESTGAL** enquanto empresa promotora do desenvolvimento da política pública florestal e de valorização do interior.

São inúmeros os exemplos do envolvimento das empresas do Grupo PARPÚBLICA com a comunidade em que estão inseridas e com os seus respetivos *stakeholders*, apresentando-se de seguida alguns desses exemplos de intervenção mais emblemáticos:

• PARPÚBLICA

- Desenvolvimento de iniciativas junto dos colaboradores e colaboradoras no sentido de promover as relações interpessoais e a partilha de informação e conhecimento, fomentar a cultura e visão da organização e discutir os seus principais desafios de futuro;
- Procura preservar a sua relação com a sociedade civil através da manutenção de uma adequada política de comunicação assente em princípios de rigor, transparência e oportunidade e utilizando os canais previstos nas normas aplicáveis ou que se revelem mais adequados em cada caso (profissional especializado em assessoria de imprensa, para além de ter designado um representante para as relações com o mercado e com a CMVM);
- Desenvolvimento de iniciativas de natureza transversal que aumentem a eficiência na gestão dos recursos, seja no âmbito dos serviços partilhados, seja no âmbito do desenvolvimento do Centro de Conhecimento e Competências.
- Em 2021, patrocinou três equipas universitárias na competição Global Management Challenge;
- Os colaborador/as da PARPÚBLICA tem vindo a apoiar campanhas internas de recolhas de alimentos, como voltou a acontecer em 2021, e também com prestação de serviço voluntário.

- Para além destas ações, a comunidade PARPÚBLICA respondeu de forma massiva à participação numa ação de Natal, a favor das crianças internadas no serviço de Pediatria do IPO – Instituto Português de Oncologia.

• Grupo AdP

- Girls Move – O Grupo AdP é um dos parceiros do projeto Girls Move, uma iniciativa destinada a jovens mulheres moçambicanas;
- Banco Alimentar: a AdRA e o banco Alimentar contra a fome em Aveiro, deram início a uma campanha de solidariedade na luta contra a fome.
- Dia Mundial do Ambiente no Grupo AdP, foram desenvolvidas diversas atividades junto da comunidade, quer através de campanhas de comunicação, quer através de ações de sensibilização.
- Desafio Bioescola 360° - Água da Torneira, desenvolvido em parceria com o município de Lousada teve como objetivo promover o consumo de água da torneira unto de 7 mil alunos das 27 escolas básicas.

• INCM

- Biblioteca da Imprensa Nacional - A Biblioteca, localizada no edifício da Imprensa Nacional (IN), aberta a todos os cidadãos, disponibiliza um património que ascende a mais de 20 000 mil volumes;
- Arquivo Histórico da INCM - A INCM mantém um arquivo histórico com documentos que resultam da atividade da instituição, do século XVI à atualidade.
- Promover e Defender a Língua e a cultura portuguesa



Carolina Beatriz Ângelo. Um Pequeno Grande Gesto de Coragem

Carla Maia de Almeida (texto) e Delfim Ruas (ilustrações)



Um Longo Caminho para a Igualdade

Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada (texto) Susana Carvalhinhos (ilustrações)

Projeto em parceria com a iGen – Fórum Organizações para a Igualdade.



De mim para ti. Pequena História do Correio em Portugal

Patrícia Reis (texto) e Pedro Brito (ilustrações)

• **CL**

- Protocolo com a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa - Apoio ao desenvolvimento de projetos de formação avançada;
- Em 2020, caminhada do Dia Internacional da Mulher – organizado pela Junta de Freguesia de Samora Correia: 324 participantes;
- Ainda em 2020, visitas guiadas de sensibilização com escolas – Escola Básica da Freiria: 102 participantes.

• **SIMAB**

- ASSOCIAÇÃO 5 AO DIA - Através da sua participação na Associação, a SIMAB contribui para a promoção de uma alimentação saudável;
- AÇÕES DESENVOLVIDAS JUNTO DA POPULAÇÃO SENIOR, ampliando assim o público-alvo do programa 5 ao dia;
- BANCO ALIMENTAR CONTRA A FOME Através de protocolo de colaboração firmado com o Banco Alimentar Contra a Fome (BACF) ;
- ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA MENTAL, deu-se continuidade à parceria de colaboração com a Delegação de Évora da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Portador de Deficiência Mental (APPACDM).
- ASSOCIAÇÃO ALGARVIA DE PAIS E AMIGOS DE CRIANÇAS DIMINUÍDAS DE FARO (APPACDM) protocolo de cooperação em formação estabelecido pela MARF com a APPACDM de Faro, para ações formativas em 'contexto real de trabalho'.
- COLABORAÇÃO COM A TECMINHO A MARB manteve, em 2021, um protocolo de colaboração com a TecMinho, através do qual se compromete a disponibilizar, a preços comerciais muito competitivos, espaços de escritório para acolhimento de novas empresas e negócios inovadores, desenvolvidos ou a desenvolver sob a orientação da TecMinho.

6. Valorização ambiental

O Grupo PARPÚBLICA assume os aspetos ambientais como um eixo essencial para garantir a sustentabilidade e a rentabilidade dos seus ativos. Acresce ainda o facto de que, devido à diversidade dos setores operativos e administrativos do Grupo, os aspetos ambientais podem assumir as mais diversas formas de atuação ou intervenção em cada uma das participadas.

Em termos gerais, o Grupo aposta na prevenção dos impactos ambientais em todas as suas intervenções na gestão e valorização dos recursos, promovendo a sua poupança e eficiência da utilização dos mesmos através da adoção das melhores práticas e da inovação tecnológica.

Nos casos concretos do Grupo AdP, da INCM, do Grupo SIMAB, da Florestgal e da Companhia das Lezírias salienta-se ainda mais a importância da gestão dos riscos inerentes às alterações climáticas, a utilização eficiente da água, a importância da utilização da energia ou a própria produção de energias renováveis, bem como a redução da emissão de gases de efeito de estufa.

Assim, dada a diversidade de atividades e processos no seio das empresas do Grupo PARPÚBLICA consideramos importante referenciar, por empresa do grupo, os principais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável atingidos, as ações implementadas em 2021 e/ou atualmente em curso e os indicadores de desempenho ambiental que permitem às empresas abordar e mitigar os riscos que estão associados à sustentabilidade ambiental.

Enquanto holding, a atividade da **PARPÚBLICA** não se depara diretamente com questões de natureza ambiental, a não ser como mera utilizadora de bens e serviços. No entanto, mesmo a esse nível, a holding tem vindo a adotar um conjunto de diretrizes que espelham a sua preocupação em minimizar, nas diversas vertentes relevantes em matéria de sustentabilidade, os possíveis impactos negativos da sua atividade.

No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental da PARPÚBLICA salientam-se os principais ODS nesta área, bem como, as ações mais significativas de 2021 e os principais indicadores relevantes:



- Utilização otimizada dos sistemas AVAC, da iluminação e das impressões que promovem a poupança de energia e o consumo responsável dos recursos (água, energia elétrica e papel)
- Recolha seletiva de resíduos (sistema relativo à recolha de tinteiros e toners das impressoras)
- sistema integrado de gestão e reporte da informação empresarial e de gestão documental, assentes na integração dos processos de trabalho nas próprias plataformas informáticas e na generalização dos suportes digitais como base dos processos de trabalho e partilha de informação
- Substituição no devido tempo das viaturas de serviço por viaturas híbridas

Consumo de eletricidade

91.100 KwH

(diminuição de 16%
face a 2020)

Consumo de combustíveis

9.863 litros

(aumento de 9%
face a 2020)

Consumo de água

225 m³

(diminuição de 48%
face a 2020)

No caso do **Grupo ADP** as questões ambientais, nomeadamente a gestão do ciclo urbano da água em equilíbrio com os ciclos da natureza e o combate às alterações climáticas, assumem um papel fulcral na sua atividade. Assim, neste âmbito os principais desafios centram-se: i) na prevenção dos impactes ambientais; ii) na gestão e valorização dos recursos; iii) na adoção das melhores práticas disponíveis; iv) na inovação e desenvolvimento tecnológico; v) na gestão dos riscos relacionados com as alterações climáticas; vi) na potenciação da utilização e produção de energias renováveis e; vii) na introdução de medidas de redução e compensação de emissões de GEE.

A própria atividade do Grupo AdP permite potenciar os aspetos positivos no âmbito da sustentabilidade ambiental, tais como, a preservação dos recursos naturais e dos ecossistemas, a utilização de fontes de energia renovável e a educação ambiental e também minorar os aspetos negativos, tais como, o volume da água captada e as áreas ocupadas, os próprios consumos de energia, as emissões, a produção de resíduos e os impactos na biodiversidade e na população.

O equilíbrio entre o consumo e utilização dos recursos hídricos e as necessidades/desenvolvimento das comunidades é um dos pontos essenciais da intervenção do Grupo AdP, pelo que a manutenção de caudais mínimos, a prevenção da poluição das linhas de água e do mar e a despoluição que se tem verificado pela existência de sistemas de recolha e tratamento de águas residuais, garantem que os meios hídricos apresentem a qualidade e quantidade de água necessária à conservação e ao desenvolvimento da biodiversidade.

Face ao desafio das alterações climáticas, que obrigam a uma gestão cada vez mais eficiente e com maior resiliência, as práticas de economia circular do ciclo da água permanecem uma prioridade, quer através da aposta na produção de água para reutilização, quer na obtenção de energias renováveis, como também no combate às perdas de água e na valorização dos resíduos gerados.

No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental do Grupo AdP salientam-se os principais ODS nesta área, bem como, as ações mais significativas de 2021 e os principais indicadores relevantes:



- Para o grupo AdP, o ODS 6 – Água e saneamento para todos – é transversal a todos os ODS porque “sem água não há vida”
- Participação da AdP no Climate Ambition Accelerator, o programa acelerador do United Nations Global Compact de combate às alterações climáticas que promove a transição para as zero emissões líquidas
- O Grupo AdP lançou um programa (ZERO) sustentado e integrado de redução de consumos energéticos e de produção própria de energia de fonte 100% renovável
- O Grupo AdP elaborou o seu Plano de Ação para a Reutilização que envolve projetos de produção de água para reutilização (ApR) em cerca de 50 instalações do universo do Grupo
- No âmbito da economia circular, o Grupo AdP participa em diversos consórcios europeus que estão a desenvolver projetos de inovação, nomeadamente o “LIFE RENATURWAT” e o “LIFE PHOENIX”
- O jogo “Aquaquiz” consiste numa ferramenta disponibilizada pelo Grupo AdP a professores e comunidades educativas com vista a apoiar o desenvolvimento de práticas pedagógicas participativas, criativas e dinâmicas que promovam o valor da água no contexto dos ODS’s
- Mantem-se a campanha de sensibilização para a utilização eficiente da água visando consciencializar a população para o valor da água e para a importância de abandonar hábitos de desperdício

586 M m³ captados de água para abastecimento (aumento de 1,5% face a 2020)

92% das captações de água são licenciadas (os restantes 8% estão em processo de licenciamento)

Volume de água obtido por captações superficiais foi 510 M m³ (491 M m³ em 2020) vs captações subterrâneas de 75,6 M m³ (85,9 M m³ em 2020)

De um total de 22.398 ton (18.539 ton em 2020) de resíduos de abastecimento, 59% (58% em 2020) das lamas foram valorizadas

Perdas de água (ineficiências) de 3,9% em “alta” (3,7% em 2020) e de 12,9% em “baixa” (12,3% em 2020)

Autossuficiência (energia produzida/energia consumida) em 4,9% (4,8% em 2020)

Volume de águas residuais e repostas no meio hídrico de 530 M m³ (532 M m³ em 2020)

Consumidos 2.802 mil litros de combustíveis líquidos - gasolina e gasóleo (2.490 mil litros em 2020)

6,9 milhões de m³ (7 milhões de m³ em 2020) de água desinfetada que é reutilizada (rega, lavagem e pavimentos, etc.)

Consumidos 765 GW/h de energia em forma de eletricidade (diminuição de 1% face a 2020)

169 mil ton de CO₂ – GEE (204 mil ton de CO₂ em 2020) (-17% face a 2020)

Produzidas 1.273 toneladas (727 toneladas em 2020) de resíduos nas atividades administrativas, de manutenção e de laboratório

Devido à natureza fabril da sua atividade, a **INCM** definiu a eficiência energética como uma prioridade no compromisso com o ambiente, criando iniciativas internas no âmbito da eficiência energética e da economia circular, e integrando iniciativas coletivas nas cidades onde opera (signatária do Lisboa Pacto de Mobilidade Empresarial e o Compromisso de Lisboa Capital Verde Europeia).

Assim, a melhoria da eficiência ao nível da utilização de recursos, com ênfase nos recursos energéticos, através do investimento na modernização de linhas de produção, a transição para a indústria 4.0 as obras de reabilitação dos edifício da Impresa Nacional e da Casa da Moeda, o investimento em painéis fotovoltaicos (em agosto de 2021, começou a instalação de 968 painéis solares fotovoltaicos para produção de energia, que ocuparão aproximadamente 3 430 m² da cobertura do edifício da Casa da Moeda com produção anual prevista de 623 MWh de energia) e a implementação de um plano de racionalização energética. Adicionalmente, a INCM efetua uma análise dos ciclos de vida dos materiais e investe continuamente em I&D acompanhando as evoluções tecnológicas optando por soluções mais ecológicas e simultaneamente mais duráveis.

Ainda no âmbito da economia circular, a INCM promove internamente os seus princípios (redução, reutilização, recuperação e reciclagem de materiais e energia), através da adoção de políticas e da instituição de procedimentos, mas também através de formação e sensibilização dos colaboradores e colaboradoras para o uso consciente dos recursos.

No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental da INCM salientam-se os principais ODS nesta área, bem como, as ações mais significativas de 2021 e os principais indicadores relevantes:



- Compromisso do atingimento da neutralidade carbónica até 2030
- Comité de Sustentabilidade, que visa a promoção da integração dos princípios da sustentabilidade no processo de gestão da empresa, alinhando a INCM com as melhores práticas nesta temática
- Certificação ambiental na norma ISO 14001
- Em curso estão a desmaterialização de processos e fluxos de informação, a redução da utilização de plásticos de utilização única, a valorização de resíduos produzidos (98% são valorizados – 99% não perigosos e 30% perigosos) e a reutilização de refugos de produção
- Formação dada em 2021 pela ADENE – Agência para a Energia, sobre a eficiência de Recursos
- Em relação aos fornecedores da INCM, nos cadernos de encargos são incluídos critérios ambientais, como o cumprimento da legislação em ambiental portuguesa, a melhoria desempenho na utilização dos recursos naturais, e em alguns, critérios específicos como a certificação energética ou outros certificados ecológicos (FSC e Eco Label)
- O contrato de fornecimento de energia da INCM em 2021 contemplava a compra de energia de origem 100% renovável. Os combustíveis fósseis representam apenas 8% dos consumos totais, sendo que parte destes consumos advêm da frota automóvel, que está atualmente a ser substituída por veículos elétricos
- Monitorização dos consumos de água e reutilização de água em alguns processos produtivos, bem como, a substituição da iluminação existente por LED e instalação de mais sensores de presença

Utilizadas 2.371 toneladas de matérias primas (2.495 ton em 2020), sendo o papel e cartão (45%) as matérias mais utilizadas

Produzidas 921 toneladas de resíduos (491 ton em 2020), sendo 96% resíduos não perigosos e os restantes 4% perigosos

Consumos totais de eletricidade (92,5%), gás natural (3,5%) e gasóleo (4%) ascenderam a 24.156 CJ (22.734 CJ em 2020)

Consumo anual de água ascendeu a 13.369 m³ (13.941 m³ em 2020)

Emissões de GEE (âmbito 1) ascenderam a 125 tonCO₂e (128 tonCO₂e em 2020)

Emissões de GEE (âmbito 2) ascenderam a 2.220 tonCO₂e (2.854 tonCO₂e em 2020)

238 ton (16,4 ton em 2020) de papel reciclado utilizado como matéria-prima – 10% do total de matérias-primas utilizadas

As empresas do **Grupo SIMAB** gerem os mercados abastecedores de Lisboa, Braga, Évora e Faro.

Assim, este grupo de empresas identifica os principais fatores que devem ser monitorizados numa abordagem de proatividade e avaliação constante dos riscos associados, nomeadamente, o risco e exposição dos mercados às alterações climáticas, a necessidade de racionalização dos consumos de energia e de um uso mais eficiente dos recursos hídricos, bem como, a proteção da biodiversidade, as emissões de gases de efeito de estufa e uma gestão eficaz dos resíduos.

Neste âmbito o Grupo SIMAB tem responsabilidades ambientais de elevada importância, nomeadamente, as relativas às condições de gestão das operações dos mercados sob sua gestão, cuja melhoria é concretizada através da realização de investimentos de reabilitação e construção de infraestruturas, bem como através da adoção de boas práticas de racionalização e poupança na utilização de recursos, tais como, a energia, a água, o frio e o gás e a respetiva triagem dos resíduos, que contribuam para valorização dos mesmos. No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental, da SIMAB e dos seus 4 mercados, salientam-se os principais ODS nesta área, bem como, as ações mais significativas de 2021 e os principais indicadores relevantes:



- Uso de novas tecnologias de monitorização (sistema de gestão centralizada de consumos) para aumento de eficiência do consumo de água nos mercados abastecedores
- Criação de fontes de produção de energia solar nos Mercados Abastecedores, em concreto no MARL com a instalação de uma das maiores centrais fotovoltaicas em meio urbano da Europa
- Colaboração com o Banco Alimentar para a redução do desperdício de alimentos ao longo das cadeias de aprovisionamento e abastecimento nos 4 mercados abastecedores
- Promoção de ações pedagógicas focadas em aspetos ambientais em especial com as comunidades escolares locais, incluindo receção de visitas de estudo de crianças às nossas instalações, nos diversos Mercados Abastecedores
- Criação de uma eco-área no MARL para recolha, triagem e seleção de resíduos valorizáveis (como o papel, cartão e caixas de madeira e plástico) e, desta forma, promovendo os princípios da economia circular
- Incentivo à mobilidade sustentável e ao aumento do transporte elétrico com a criação, dentro das instalações do MARL, de dois postos de abastecimento da rede Mobi.E
- Disponibilização de Garrafas Reutilizáveis aos Colaboradores do Grupo SIMAB
- Criação de Eco-pontos na zona de Escritórios e copa para separação de Resíduos Inorgânicos

Consumo eletricidade
de 12.803 GJ
(14.317 GJ em 2020)

Consumo combustíveis
de 9.042 litros
(7.675 litros em 2020)

Consumo água 59.757 m³
(57.252 m³ em 2020)

7.787 ton de
resíduos produzidas
(7.977 ton em 2020)

Taxa de recuperação
de 28% dos resíduos
através de valorização
(15% em 2020)

Emissões diretas de gases
com efeito de estufa
de 688 tonCO₂eq/ano
(1.615 tonCO₂eq/ano em 2020)

A **Companhia das Lezírias** gere a maior exploração agropecuária e florestal existente em Portugal, pelo que é essencial a promoção de boas práticas de gestão de todos os ativos, de acordo com os mais elevados padrões ambientais, éticos e legais, de forma a minimizar o impacto da sua atividade no meio ambiente.

De facto, a maioria da atividade agrícola, florestal e pecuária da CL está enquadrada em produção integrada e agricultura biológica, sendo que a gestão florestal está certificada como sustentável e foram adotadas práticas de agricultura de precisão.

O património da CL é também local de estudo para a agropecuária e silvicultura nacionais, através das Universidades que a procuram pela diversidade de habitats, espécies, animais e vegetais, que nele habitam, sendo que o território dela apresenta 2.325 hectares (11,21% do total) na Reserva Natural do Estuário do Tejo e 13.621 hectares (65,67% do total) na Zona de Proteção Especial e no Sítio de Interesse Comunitário do Estuário do Tejo.

Após uma interrupção que se verificava desde 2011, o ano de 2020 marcou o retorno da Companhia das Lezírias ao relato anual no âmbito da sustentabilidade. Neste ano a CL definiu a sua estratégia de sustentabilidade para o horizonte temporal 2030, identificando os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) prioritários para o seu negócio com base na cadeia de valor, e que traduzem os seus eixos estratégicos de atuação.

No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental da Companhia das Lezírias salientam-se os principais ODS nesta área, bem como, as ações mais significativas de 2021 e os principais indicadores relevantes:



- Os sobrantes florestais (6.808 ton em 2021) são canalizados para a produção de energia através da combustão direta ou para fabrico de pellets
- Alimentação por painéis fotovoltaicos dos pontos de abeberamento junto aos furos de água e também no EVOA. Nova instalação no Cabeço da Aranha e ampliação dos painéis no Barracão dos Porcos
- Continuação da transição para uma frota automóvel eco eficiente, tendo sido adquirida uma viatura elétrica ligeira de mercadorias
- Utilização de fertilizantes totalmente orgânicos
- Uso eficiente da água na cultura do milho com planos de rega semanais com base em dados meteorológicos e nas necessidades em cada momento
- Lançamento de um vinho tinto biológico na gama Tyto Alba e utilização de uma embalagem eco eficiente neste vinho (diminuição do peso do vidro; cápsulas compostáveis; redução do papel e tinta nos rótulos)
- Promoção do sequestro de carbono pelo aumento da densidade florestal e substituição da gradagem pelo corte com destroçador no controlo da vegetação espontânea
- Adesão ao manifesto BCSD Portugal "Rumo à COP26" para travar as alterações climáticas"
- Acolhimento e apoio a estudos sobre a fauna e flora e habitats (38 projetos científicos, artigos científicos ou teses de mestrado e doutoramento)
- Continuação da proteção e restauro das linhas de água enquanto corredores ecológicos
- Proteção da Águia de Bonelli com a colaboração no Life Lx Aquila
- Angariação de fundos para a recuperação e integração das Salinas de Saragoça no EVOA

Consumo eletricidade
2 009 543 Kwh
(1.951.120 Kwh em 2020)

Consumo água
2,4 milhões litros (2,7 milhões
litros em 2020)

Água captada 605 mil m³
(854 milhões m³ em 2020)

Conversão dos sistemas de
iluminação para LED (295
lâmpadas instaladas em 2021)

38% da energia provém
de fontes renováveis
(60% em 2020)

30 ha de pinhal manso
estabelecido como pool de
carbono florestal

Produzidos 3 800 kWh de
eletricidade na adega de
Catapereiro (igual a 2020)

8.907 hectares de floresta são
certificados com princípios de
Gestão Florestal Sustentável
(95% do total)

Colocados 4.920 protetores de
sobreiros (38.257 desde 2007)

Consumo Combustíveis
176 mil litros
(160 mil litros em 2020)

Num total de 3.005 ha de
áreas de Conservação, dos
quais 1714 ha são de áreas de
proteção e 839 ha são áreas
para recuperação de solo

A **Florestgal** assume-se como um instrumento de política pública para intervir no âmbito da estratégia nacional de desenvolvimento florestal e do ordenamento do território.

Sendo a Florestgal detentora ou arrendatária de cerca de 17.000 hectares, a vertente ambiental apresenta-se como fulcral para o desenvolvimento sustentável da missão da empresa, devendo promover esforços para aplicar, e disseminar, as melhores práticas florestais e agro-silvícolas, implementar programas de vigilância, prevenir e combater fogos florestais e preservar os ativos biológicos do património sob sua gestão.

A Florestgal tem no seu envolvimento e apoio quanto à valorização e promoção do conhecimento, do desenvolvimento técnico-científico, da inovação e tecnologia do setor, das boas práticas para uma gestão florestal sustentável, bem como das atividades complementares à silvicultura, nomeadamente a apicultura e novos projetos de controlo e eliminação de vegetação arbustiva no âmbito do uso múltiplo da floresta e defesa da floresta contra incêndios.

No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental da Florestgal salientam-se os principais ODS nesta área, bem como, as ações mais significativas de 2021 e os principais indicadores relevantes:



- Efetuadas ações de reflorestação com espécies autóctones que contribuem para a melhoria da qualidade dos recursos hídricos e que combatem a desertificação
- Disponibilização de áreas para projetos de energias renováveis (Biomassa, Eólica e Fotovoltaica)
- Integração de matéria orgânica nos solos melhorando o sequestro de carbono nesses territórios
- Aquisição de terrenos com elevado valor conservacionista tendo em vista a sua proteção e a preservação dos habitats
- Parceria com a federação FENAPÍCOLA para implementação de áreas para colmeias
- Interação com o ICNF para o processo de conversão de eucalipto em sobreiro
- Parceria com a AdP Valor para a concretização de projetos de economia circular
- Apresenta áreas protegidas num total de aproximadamente 2.300 hectares (17% da área total das propriedades) nas seguintes localizações: Famalicão da Serra (PN S Estrela), Núcleo de Mós (Freixo de Espada à Cinta) e Quinta das Charas (PN Douro Internacional), Idanha a Nova (PN Tejo Internacional), Vale dos Reis (RN Est. Sado); Rede Natura 2000: Nisa (SIC São Mamede), Fiais (SIC Costa Sudoeste)

Consumo de eletricidade
10.296 KWh
(12.077 KWh em 2020)

Consumo combustíveis
10.780 litros
(10.270 litros em 2020)

Água consumida de 75 m³
(46 m³ em 2020)

Estimados sequestros anuais
de cerca de 3,7 milhões de
toneladas de CO₂ (não houve
alteração significativa em 2021
desta estimativa)

A atividade da **Fundiestamo** consiste na gestão de Fundos de Investimento Imobiliário, sendo que é nesse âmbito, enquanto sociedade gestora, que gere e controla os riscos ambientais que sejam relevantes na sua atividade.

No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental da Fundiestamo salientam-se os principais ODS nesta área, bem como, as ações mais significativas de 2021 e os principais indicadores relevantes:



- Sistema de registo dos consumos de cada um dos imóveis geridos de forma a estabelecer um conjunto de metas de diminuição dos consumos de energia e de água
- Estratégia plurianual de intervenção de forma a melhorar todos os índices negativos identificados nas certificações energéticas
- Identificação e substituição de materiais com amianto nos imóveis geridos (processo em curso e a ocorrer até 2030)
- Substituição gradual da tipologia de iluminação para LED
- Revisão de forma gradual das fachadas nos imóveis geridos de forma a aumentar a eficiência térmica com consequências diretas no consumo de energia (climatização)
- Reforço das exigências e medidas de sustentabilidade nos procedimentos de consulta, quer para os fornecedores de serviços, quer para as empreitadas a realizar

Consumo eletricidade 16.190
KWh (17.826 KWh em 2020)

Consumo Combustíveis 4.309
litros (2.634 litros em 2020)

Consumo Água 29 m3
(68 m3 em 2020)

A **Estamo** tem como objetivo a compra de imóveis para revenda e/ou arrendamento e nesse âmbito as suas preocupações centram-se na gestão e controlo dos riscos ambientais decorrentes da operação dos imóveis detidos.

No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental da Estamo salientam-se os principais ODS nesta área, bem como, as ações mais significativas de 2021 e os principais indicadores relevantes:



- Instalação no edifício sede de um sistema de reutilização de águas residuais e pluviais que permite poupar até 30% do total de água consumida
- Instalação de temporizadores de água e de energia elétrica para poupança de recursos
- Em estudo a possibilidade da instalação de painéis fotovoltaicos nos imóveis geridos pela Estamo para produção de energia, com o objetivo de reduzir a fatura energética própria e dos seus inquilinos, potenciando o uso de energias renováveis
- Limpezas periódicas dos terrenos da Estamo de forma a reduzir ou eliminar os riscos de incêndios e problemas de salubridade
- Instalação no edifício sede e noutros edifícios de rendimento de tomadas para carregamento de carros elétricos nas garagens
- Utilização de lâmpadas LED tanto no edifício sede como em todas as obras de requalificação dos seus imóveis de rendimento
- A ESTAMO apresenta terrenos localizados em áreas protegidas ou com elevada biodiversidade nas zonas de Lisboa (82.300 m²), Setúbal (50.700 m²) e Peniche (48.500 m²).

Consumo eletricidade 732
KWh (1.018 KWh em 2020)

Consumo Combustíveis 5.239
litros (5.083 litros em 2020)

Consumo Água 49 m³
(50 m³ em 2020)

55% do consumo eletricidade
proveniente de fontes
renováveis (54% em 2020)

A atividade da **Consest** centra-se no desenvolvimento imobiliário de um único ativo, situado na Falagueira, no Concelho da Amadora, composto por duas parcelas de terreno urbano para construção, uma com 545.213 m² (Parcela B) e a nova parcela A com 36.052 m².

Assim, no âmbito ambiental, todos os seus recursos são utilizados nos riscos associados a esse ativo. Assim sendo, a Consest desenvolve a sua atividade velando pela poupança de recursos e pela adoção de práticas que permitam mitigar ou eliminar os custos ambientais que, do simples exercício da sua atividade, naturalmente decorrem.

No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental salientamos o desenvolvimento de estudos e projetos relativos ao seu único ativo em total observância dos instrumentos de planeamento vigentes e em estreita ligação com as entidades licenciadoras observando sempre os requisitos de preservação ambiental, de modo que o desenvolvimento imobiliário do terreno da Falagueira se faça num quadro de sustentabilidade urbana e ambiental.



A **Baía do Tejo** tem tido como principal responsabilidade ambiental a requalificação dos territórios das antigas áreas industriais da Quimiparque, no Barreiro e da Siderurgia Nacional, no Seixal, procurando eliminar os passivos históricos existentes e criando, desta forma, condições ambientais para a instalação de atividades económicas geradoras de emprego e desenvolvimento local destes concelhos.

Após as recorrentes ações da remoção de passivos ambientais históricos da Baía do Tejo, verifica-se cada vez mais a disponibilização crescente dos terrenos limpos, após a eliminação dos problemas que os tornavam interditos e alvo de preocupação para as populações.

Salientam-se também os resultados muito positivos da ligação em alta dos efluentes de toda a zona do Parque Empresarial do Barreiro à ETAR Simarsul, que permitem perspetivar os enormes ganhos futuros, em termos ambientais, para o território gerido pela Baía do Tejo e para toda a região.

A Baía do Tejo integra no seu património 125,5 hectares na Reserva Ecológica Nacional e 14,4 hectares na Reserva Agrícola Nacional e também 22,88 hectares de zonas inundáveis relativas a Domínio Público Hídrico.

No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental da Baía do Tejo salientam-se os principais ODS nesta área, bem como, as ações mais significativas de 2021 e os principais indicadores relevantes:



- Responsável pela gestão e manutenção das infraestruturas localizadas dentro do território do Barreiro, nomeadamente as infraestruturas hidráulicas de abastecimento de água e drenagem de águas residuais
- A água potável distribuída é sujeita a análises periódicas de qualidade da água consumida, sendo os resultados divulgadas trimestralmente no website da empresa
- Desenvolvimento de estudos no âmbito da eficiência energética por forma a implementar, a médio prazo, medidas com vista a minimizar consumos energéticos tornando assim a atividade de gestão de Parques Empresarial mais sustentável ambientalmente
- Procura atual de soluções tecnológicas mais avançadas com a implementação de software de gestão para circulação digital de documentos e arquivo documental, dando continuidade à política da empresa de desmaterialização de processos internos e externos
- Acompanhamento do desenvolvimento do Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas a ser desenvolvido pela Área Metropolitana de Lisboa que fará refletir as suas conclusões no processo de planeamento dos territórios da Baía do Tejo
- Têm vindo a ser realizados, no território do Barreiro e do Seixal, elevados investimentos com o apoio de fundos comunitários (POVT / POSEUR), com o objetivo de remover passivos ambientais históricos com impacto indireto ao nível da proteção da vida terrestre e melhoria do ecossistema, travando e revertendo a degradação dos solos
- Nas intervenções de requalificação urbana desenvolvidas pela Baía do Tejo existe o foco de incrementar a área permeável com a criação de espaços verdes

Consumo eletricidade 1.871.498 Kwh (1.976.000 Kwh em 2020)

36 % fontes renováveis com consumo de eletricidade (59% em 2020)

Produção de eletricidade 27.706 Kwh (28.000 Kwh em 2020)

Consumo Água 759.163 m² (795.991 m² em 2020)

Água captada 881.854 m³ (934.711 m³ em 2020)

Consumo Combustíveis 26.600 litros (25.042 litros em 2020)

Emissões diretas GEE 686 tonCO₂eq (778 tonCO₂eq em 2020)

Certificada nas normas ISO 9001:2008

Reserva de 1.600.000 euros consignada à responsabilidade ambiental, para cobertura de eventuais danos ambientais

A **Circuito Estoril** tem a sua atividade centrada na valorização e exploração da capacidade instalada do Circuito Estoril, sendo que a gestão de um autódromo apresenta vários desafios em matéria ambiental.

Assim sendo, a empresa está empenhada na atenuação dos impactos da sua atividade sobre o ambiente e na promoção da sustentabilidade.

O autódromo ocupa uma área de 52ha, toda ela inserida no contexto do Parque Natural Sintra Cascais, sendo uma das preocupações da CE a manutenção dos terrenos limpos de mato de modo a limitar o risco de incêndios florestais e minimizar possíveis danos.

No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental da Circuito Estoril salientam-se os principais ODS nesta área, bem como, as ações mais significativas de 2021 e os principais indicadores relevantes:



- Eficiência na utilização de recursos, promovendo a melhoria de eficiência energética no consumo, com novos sistemas de iluminação através de aparelhos de baixo consumo
- Captação de água em 7 furos de águas subterrâneas cuja água captada é armazenada em 5 reservatórios que por sua vez abastecem a rede interna de distribuição de água do autódromo
- As redes internas de distribuição de água foram renovadas, otimizando o consumo de água e evitando desperdícios com fugas de água
- Resíduos produzidos durante os eventos, tais como madeiras, alcatifas e plásticos são transportados por empresas certificadas (ex. EGEO) que procedem posteriormente à reciclagem dos mesmos

Consumo eletricidade 219.091
Kwh (465.010 KWh em 2020)

Consumo combustíveis 4.034
litros (3.065 litros em 2020)

A **Sagesecur**, enquanto sociedade instrumental da PARPÚBLICA, adquire, administra e aliena valores mobiliários e assegura a gestão dos contratos relativos ao seu principal ativo que são os comboios utilizados pela Fertagus. Não sendo a sociedade diretamente responsável pela condução dos procedimentos administrativos e operacionais, os quais são assegurados no quadro do modelo de recursos partilhados gerido pela holding, esta matéria encontra-se fora da sua esfera de intervenção, embora as recomendações em matéria de sustentabilidade não deixem de ser prioritárias, até pela relação estreita desta sociedade com a PARPÚBLICA.





VII

NOTA FINAL

VII. Nota final

O ano de 2021 continuou a ser marcado pela crise sanitária, provocada pela pandemia de Sars Cov-2, ficando a população sujeita a diversos confinamentos mediante a taxa de incidência da doença. A Agência Europeia de Medicamentos aprovou diversas vacinas e durante o ano as populações foram sujeitas a várias doses de vacinação, que permitiram o controle da doença por via da forte taxa de vacinação em Portugal e das diversas medidas de prevenção implementadas pelo Governo português.

A PARPÚBLICA reafirma o seu compromisso para o aprofundamento da reflexão no Grupo sobre os passos realistas e viáveis para a construção de um futuro sustentável e para o cumprimento dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) inscritos na agenda 2030 das Nações Unidas, o que representa um verdadeiro desafio.

Com a elaboração deste Relatório, a PARPÚBLICA procura apresentar o seu compromisso com o desenvolvimento sustentável nas suas diversas vertentes, seja através da valorização dos seus negócios, da entrega de valor para a Sociedade, da valorização dos seus colaboradores e colaboradoras, como pelo respeito pelo ambiente.

Adicionalmente a PARPÚBLICA – como *holding* de um Grupo com atividades muito diversificadas e com empresas em diferentes estágios de sensibilização para o tratamento dos temas da sustentabilidade – procura potenciar os bons exemplos presentes nas participadas mais dinâmicas neste âmbito e replicar os processos de base em outras empresas do Grupo, procurando incentivar e tornar parte da sua rotina essas boas práticas.

Neste âmbito, e como já se fez referência no presente Relatório, prevê-se a realização em 2022 do evento de *networking* com todas as empresas do Grupo, precisamente para aprofundar as melhores formas de tratar estes temas, tomando partido das melhores práticas no Grupo.

Reafirma-se que a PARPÚBLICA como grupo tem procurado que as suas diversas atividades sejam desenvolvidas de forma sustentável, e sempre em estreita ligação com os seus diversos intervenientes, em particular naquelas onde presta serviços públicos de interesse geral.

Em 2019 a Comissão Europeia anunciou a sua intenção de rever a Diretiva de reporte de informação não financeira (NFRD) numa estratégia de fortalecer as fundações deste tipo de reporte e encorajar as empresas a assumir uma perspetiva mais responsável na sua atividade operacional, decorrente também da constante pressão dos diversos *stakeholders* de divulgação de cada vez mais e melhor informação acerca dos aspetos sociais e ambientais das empresas, bem como, dos seus impactos nessas vertentes da sustentabilidade. Posteriormente, a Comissão Europeia lançou uma consulta pública com o objetivo de recolher os pontos de vista dos diversos *stakeholders* no que diz respeito a possíveis revisões das disposições da NFRD e prevê, já em 2022, a definição final dos novos termos da Diretiva de reporte de informação não financeira, aproximando-a os *timings* e normativos relativos ao reporte da informação financeira e tentando assegurar que as empresas relatem informações de sustentabilidade confiáveis e comparáveis para todos os *stakeholders*. O progresso deste processo pode ser acompanhado no link <https://www.europarl.europa.eu/legislative-train/theme-a-european-green-deal/file-review-of-the-non-financial-reporting-directive>.

Saliente-se também os efeitos nefastos da guerra entre a Federação Russa e a Ucrânia que se iniciou em fevereiro de 2020 e que terá impactos negativos nas económicas globais e, subsequentemente,

irá também afetar as atividades de todas as empresas do Grupo PARPÚBLICA, o que se traduzirá em desafios adicionais em todas as áreas da sustentabilidade.

Em conclusão, afirma-se que o documento neste momento apresentado traduz o resultado da evolução do reporte da sustentabilidade no Grupo PARPÚBLICA, onde é visível o avanço substancial na identificação e reporte dos indicadores, constituindo já uma base de trabalho encorajadora para as adaptações decorrentes da revisão da referida Diretiva de reporte de informação não financeira e perspetivando um futuro motivador na concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 2030.

Lisboa, 16 de maio de 2022

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jaime Andrez

Presidente

João Pinhão

Vogal Executivo

Ana Santos Martins

Vogal Executivo

Maria João Dias Pessoa de Araújo

Vogal Não Executiva

José Miguel Morais de Azevedo Rodrigues

Vogal Não Executivo



VIII

TABELA GRI

VIII. Tabela GRI

NORMA GRI	INDICADOR	LOCALIZAÇÃO
GRI 102: Conteúdos Gerais 2016	Perfil Organizacional	
	102-1 Nome da organização	11 a 27
	102-2 Atividades, marcas, produtos e serviços	17 a 27
	102-3 Localização da sede	13 a 15
	102-4 Localização das operações	13 a 15
	102-5 Tipo e natureza jurídica da propriedade	11 a 27
	102-6 Mercados servidos	11 a 27
	102-7 Dimensão da organização	11 a 27 / 41 a 67
	102-8 Informação sobre colaboradores e outros trabalhadores	50 a 67
	102-9 Cadeia de fornecedores	11 a 27 / 41 a 49
	102-10 Alterações significativas na organização ou na sua cadeia de fornecedores	11 a 27 / 41 a 49
	102-11 Abordagem ao princípio da precaução	29 a 36 / Relatório do Governo Societário 2021
	102-12 Iniciativas externas	37 a 89
	102-13 Participação em associações	37 a 89
	Estratégia	
	102-14 Declaração da administração	5 a 8
	102-15 Principais impactes, riscos e oportunidades	33 a 44 / Relatório do Governo Societário 2021
	Ética e Integridade	
	102-16 Valores, princípios, padrões e normas de conduta	33 a 36 / Relatório do Governo Societário 2021
	102-17 Mecanismos para aconselhamento e preocupações sobre ética	33 a 36 / Relatório do Governo Societário 2021
	Governança	
	102-18 Estrutura de governação	29 a 36 / Relatório do Governo Societário 2021
	Envolvimento com Stakeholders	
	102-40 Lista de grupos de stakeholders	41 a 44
	102-41 Acordos de contratação coletiva	50 a 67
	102-42 Identificação e seleção de stakeholders	41 a 44
	102-43 Abordagem ao envolvimento de stakeholders	41 a 44
	102-44 Principais questões e preocupações identificadas	41 a 44

NORMA GRI	INDICADOR	LOCALIZAÇÃO
GRI 102: Conteúdos Gerais 2016	Práticas de relato	
	102-45 Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas	17 a 27 / Relatório e Contas 2021 / Relatório do Governo Societário 2021
	102-46 Definição do conteúdo do relatório e Limites dos tópicos	11 a 15 / 37 a 41
	102-47 Lista de tópicos materiais	37 a 41
	102-48 Reformulação de informações	11 a 27
	102-49 Alterações no relato	11 a 27
	102-50 Período coberto pelo relatório	1 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021
	102-51 Data do relatório anterior mais recente	31 de dezembro de 2020
	102-52 Ciclo de publicação	Anual
	102-53 Contactos para questões sobre o relatório	11 a 15
	102-54 Declaração de conformidade com as Normas GRI	11 a 15
	102-55 Índice GRI	95 a 102
	102-56 Verificação externa	11 a 15

INDICADOR		LOCALIZAÇÃO
Desempenho Económico		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		44 a 49
GRI 201: Desempenho Económico 2016	201-2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades suscitados pelas alterações climáticas	44 a 49
	201-3 Planos de benefícios na aposentação, oferecidos pela organização	44 a 49
	201-4 Apoios financeiros recebidos do governo	44 a 49
Impactes Económicos Indiretos		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		44 a 49
GRI 203: Impactes Económicos Indiretos 2016	203-1 Investimentos em infraestruturas e serviços assegurados	44 a 49
	203-2 Impactes económicos indiretos significativos	44 a 49
Práticas de Compras / Abastecimento		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		44 a 49
GRI 204: Práticas de Compras/ Abastecimento 2016	204-1 Proporção de despesas com fornecedores locais	44 a 49

Anticorrupção		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		44 a 49
GRI 205: Anticorrupção 2016	205-1 Operações submetidas a avaliação de riscos de corrupção	44 a 49
	205-2 Comunicação e formação em procedimentos e política anticorrupção	44 a 49
	205-3 Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas	Nada a assinalar
Concorrência Desleal		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		44 a 49
GRI 206: Concorrência Desleal 2016	206-1 Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de antitrust e monopólio	Nada a assinalar
Desempenho Ambiental		
Materiais		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		72 a 89
GRI 301: Materiais 2016	301-1 Consumo total de materiais usados por peso ou volume	72 a 89
	301-2 Utilização de materiais reciclados	72 a 89
Energia		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		72 a 89
GRI 302: Energia 2016	302-1 Consumo de energia dentro da organização	72 a 89
	302-4 Redução do consumo de energia	72 a 89
Água		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		72 a 89
GRI 303: Água 2016	303-1 Água captada	72 a 89
	303-3 Água reciclada e reutilizada	72 a 89
	303-5 Consumo de água	72 a 89
Biodiversidade		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		72 a 89
GRI 304: Biodiversidade 2016	304-1 Áreas protegidas	72 a 89
	304-2 Impactos significativos na biodiversidade	72 a 89
Emissões		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		72 a 89
GRI 305: Emissões 2016	305-1 Emissões diretas de GEE's (Scope 1)	72 a 89
	305-5 a 7 Medidas de proteção ambiental	72 a 89
Efluentes e Resíduos		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		72 a 89
GRI 306: Efluentes e Resíduos 2016	306-2 Resíduos produzidos	72 a 89
	306-3 Derrames significativos	Nada a assinalar

Conformidade Ambiental		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		72 a 89
GRI 307: Conformidade Ambiental 2016	307-1 Não-conformidade com leis e regulamentos ambientais	Nada a assinalar
Avaliação Ambiental de Fornecedores		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		72 a 89
GRI 308: Avaliação Ambiental de Fornecedores 2016	308-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais	72 a 89
	308-2 Impactes ambientais negativos na cadeia de fornecedores e ações tomadas	72 a 89
Desempenho Social		
Emprego		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		50 a 67
GRI 401: Emprego 2016	401-1 Entradas e saídas	50 a 67
	401-2 Benefícios para os trabalhadores	50 a 67
	401-3 Licença parental	50 a 67
Segurança e Saúde no Trabalho		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		50 a 67
GRI 403: Segurança e Saúde no Trabalho 2016	403-2 Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absentismo e número de óbitos relacionados com o trabalho	50 a 67
	403-4 Temas de saúde e segurança cobertos em acordos formais com os sindicatos	50 a 67
Formação e Educação		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		50 a 67
GRI 404: Formação e Educação 2016	404-1 Média anual de horas de formação anual por colaborador	50 a 67
	404-3 Percentagem de colaboradores que recebem regularmente análises de desempenho e desenvolvimento de carreira	50 a 67
Diversidade e Igualdade de Oportunidades		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		50 a 67
GRI 405: Diversidade e Igualdade de Oportunidades 2016	405-1 Diversidade nos órgãos de governação e colaboradores	50 a 67
	405-2 Rácio do salário e remuneração entre homens e mulheres	50 a 67
Não-Descrição		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		50 a 67
GRI 406: Não-Descrição 2016	406-1 Incidentes de discriminação e medidas corretivas tomadas	Nada a assinalar

Liberdade de Associação e Negociação Coletiva		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		50 a 67
GRI 407: Liberdade de Associação e Negociação Coletiva 2016	407-1 Operações e fornecedores em que a liberdade de associação e negociação coletiva possa estar em risco	50 a 67
Trabalho Infantil		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		50 a 67
GRI 408: Trabalho Infantil 2016	408-1 Operações e fornecedores em se verifique um risco significativo de incidentes de trabalho infantil	Nada a assinalar
Trabalho Forçado ou Escravo		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		50 a 67
GRI 409: Trabalho Forçado ou Escravo 2016	409-1 Operações e fornecedores em se verifique um risco significativo de incidentes de trabalho escravo ou forçado	Nada a assinalar
Práticas de Segurança		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		50 a 67
GRI 410: Práticas de Segurança 2016	410-1 Pessoal de segurança com formação nas políticas ou procedimentos de direitos humanos	50 a 67
Avaliação dos Direitos Humanos		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		50 a 67
GRI 412: Avaliação dos Direitos Humanos 2016	412-1 Operações sujeitas a análise ou avaliação de impactes sobre os direitos humanos	50 a 67
	412-2 Formação dos colaboradores em políticas ou procedimentos sobre direitos humanos	50 a 67
	412-3 Acordos e contratos de investimento significativos que incluam cláusulas de direitos humanos, ou que tenham sido sujeitos a análise de direitos humanos	50 a 67
Comunidades Locais		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		68 a 72
GRI 413: Comunidades Locais 2016	413-1 Operações com envolvimento da comunidade local, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento	68 a 72
	413-2 Operações com impactes negativos significativos potenciais ou reais nas comunidades locais	Nada a assinalar
Avaliação Social de Fornecedores		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		37 a 44
GRI 414: Avaliação Social de Fornecedores 2016	414-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais	37 a 44
	414-2 Impactes sociais negativos na cadeia de fornecedores e ações tomadas	Nada a assinalar

Privacidade dos Clientes		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		68 a 72
GRI 418: Privacidade dos clientes 2016	418-1 Reclamações fundamentadas relativas a violação de privacidade e perda de dados de clientes	Nada a assinalar
Compliance Socio-económico		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		68 a 72 / Relatório do Governo Societário 2021
GRI 419: Compliance socio- económico 2016	419-1 Não conformidades com leis e regulamentos nas áreas económico-social	Nada a assinalar



www.parpública.pt